

Endereço incerto

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Demanda crescente dos migrantes desafia o governo brasileiro a encontrar soluções para o acolhimento dos que chegam ao país

CadernoJU

O senegalês diplomado em Contabilidade Thierno Sylla já morou em Gana, África do Sul, Dubai e Mali antes de vir para o Brasil

DIREITO

Adoções homoafetivas

Apesar de iniciativas conservadoras, como o Estatuto da Família proposto pela bancada evangélica e desengavetado pelo presidente da Câmara dos Deputados, casais homoafetivos vêm conquistando o direito à adoção. Roberto Iparaguirre e Fabiano Bormann adotaram em 2011 três irmãos abrigados em instituições de acolhimento da capital. Inscritos no Cadastro Nacional de Adoção, eles aguardavam na fila quando surgiu a oportunidade da adoção múltipla. **P4**

NAMÍBIA

Prenúncio do Holocausto

Para o pesquisador José Rivair Macedo, do departamento de História da Universidade, o massacre perpetrado pelos colonizadores alemães contra os Hereros e os Namas – povos que habitavam a Namíbia no início do século passado – antecipou as práticas de segregação e extermínio coletivo que atingiriam seu ápice no período do domínio nazista. Dessa forma, a barbárie do hitlerismo apenas teria levado à Europa aquilo que já se praticara em lugares como as colônias africanas. **P10**

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Boa ideia difícil de sair do papel



P8

TERCEIRIZAÇÃO

Precarização das relações de trabalho é condenada por especialista em saúde

P9

Ópera

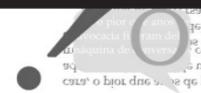
Universidade estreia Ariadne em parceria com a UFPR **P3**

Enfermagem

Nova tecnologia permite simulações realistas **P7**

Entretenimento

Independentes conquistam mercado dos games **P13**



Espaço da
Reitoria

Sandra de Deus
Pró-reitora de Extensão

Diálogo entre extensão e sociedade

A relação entre a universidade e a sociedade, sempre fundamental para dar sustentação ao ensino público superior brasileiro, se assenta na atualidade em dois temas que são estruturantes e desafiantes para o fortalecimento do compromisso social original entre a instituição e o conjunto da sociedade: o cumprimento da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) e a internacionalização das atividades de extensão. O conjunto de medidas propõe assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, e a internacionalização projeta a possibilidade de mostrar ao mundo, nas modalidades «in» ou «out», a atuação da universidade na comunidade. Nesses dois planos, a UFRGS tem-se colocado como proponente de um debate capaz de apresentar em breve os resultados necessários.

O cumprimento do objetivo proposto pelo PNE foi o foco principal do XXXVII

Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão, realizado em Gramado recentemente, sob a coordenação da Pró-reitoria de Extensão da UFRGS, cujo documento final irá orientar o debate do tema em todas as universidades públicas brasileiras. Certamente, significa adotar um novo olhar sobre os currículos e sistematizar experiências já existentes em nossos cursos de graduação. A compreensão de que o atendimento ao Plano não significa aumento de carga horária dos diferentes cursos, mas sim a sua adequação, é um passo importante para se iniciar a discussão em todas as áreas do conhecimento.

A internacionalização, um dos pilares da atuação de nossa Universidade, também está presente nas relações com a sociedade. Um dos tantos «diálogos da extensão» teve como objeto a projeção internacional de nossas atividades extensionistas. Foram elencados programas e projetos que já recebem estrangeiros e tantos outros que estão

capacitados a receber estudantes cujo destino seja a UFRGS e que estejam interessados em atuar na comunidade. Se, por um lado, as instituições de ensino superior estrangeiras, principalmente as europeias e asiáticas, se encantam com a relação das universidades brasileiras com as suas comunidades, por outro, as universidades latino-americanas têm aperfeiçoado essa atuação. A UFRGS foi sede de duas importantes reuniões das Comissões Permanentes de Extensão e de Cultura da Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM). Na pauta, a ampliação da mobilidade acadêmica, seja por meio de atividades culturais, seja por intermédio de projetos conjuntos. Em Havana, Cuba, de 1.º a 4 deste mês, no Congresso Latino-americano de Extensão Universitária, nosso modelo de gestão e de financiamento da extensão é tema de mesa-redonda. Tal caminhada fortalece a extensão e consolida a relação entre a UFRGS e os demais setores da sociedade.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing,
Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson,
Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno
Fischer, Temístocles Cezar

Editora Ánia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Jacira Cabral da
Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e
Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Palm Falcetta

Bolsistas (Jornalismo)
Antônio Assis Brasil, Iami Gerbase, Igor Porto,
Jéssica Menzel e João Pedro Teixeira

Circulação Cristiane Lipp Heidrich e
Juliana Gonçalves Mota

Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 7 mil exemplares

ufrgsnoticias

ENEM 2015

Inscrições abertas até o dia 5 de junho

O exame é necessário para participar do SiSU, sistema de ingresso pelo qual a UFRGS preenche 30% de suas vagas de graduação

Acesse enem.inep.gov.br e faça sua inscrição

Artigo

Licenciatura em Pedagogia a distância

O curso de Graduação em Pedagogia na Modalidade a Distância (PEAD), promovido pela Faculdade de Educação da UFRGS, é um projeto especial voltado para a formação em serviço de professores que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino e sem habilitação em Pedagogia. Uma primeira turma foi oferecida para 400 professores-alunos de 2006 a 2011, dos quais 330 foram diplomados.

No primeiro semestre deste ano, teve início uma nova oferta do curso no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Esse projeto destina-se à formação de 300 professores-alunos, com polos de apoio sediados nos municípios de Imbé, Porto Alegre e Vila Flores. Em uma primeira seleção, restaram 109 vagas, a serem preenchidas mediante novo processo seletivo a ser realizado em 5 de julho. As inscrições estão abertas até 22 de junho, com a ampliação do público-alvo, que agora abrange professores que atuam em educação infantil, em classes dos anos iniciais, regular ou EJA, e em gestão de escolas de educação infantil e/ou anos iniciais, sem titulação em Pedagogia em nível superior, nomeados ou

contratados, em efetivo exercício em escolas públicas estaduais e municipais do estado do Rio Grande do Sul, e profissionais da rede pública e de creches conveniadas portadores de diploma de magistério e em efetivo exercício em sala de aula da educação infantil.

Com a iniciativa, a Faculdade de Educação visa atender à demanda de titulação em nível superior de pessoas em serviço que não teriam condições de frequentar um curso presencial, seja pelos impedimentos de deslocamento, seja pela dificuldade de afastar-se das atividades escolares. Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (CNE 2006), o PEAD estabeleceu um currículo com o objetivo de habilitar, simultaneamente, nas seguintes áreas: docência em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; docência em educação de jovens e adultos (EJA); gestão escolar; docência nas matérias pedagógicas na modalidade normal e docência em cursos de educação profissional para a área de Serviços e Apoio Escolar.

A partir da criação de um currículo diferenciado, articulado em eixos e interdisciplinas, da aplicação de metodologias interativas

e do uso intensivo das tecnologias digitais, o modelo de formação do PEAD propõe o desenvolvimento das teorizações sobre inovações, buscando avaliar as suas possibilidades a fim de provocar mudanças substantivas nas práticas educacionais dos docentes que vivenciam essa formação. O curso parte da experiência dos professores em serviço, bem como das suas condições de vida e trabalho, ao propor a articulação dessas vivências com um aprofundamento teórico que permita a qualificação das práticas pedagógicas.

A proposta enfatiza a importância da interação nos processos de formação como o modo privilegiado de “encurtar distâncias” e evitar a sensação de isolamento, que se tem mostrado um dos principais fatores de evasão nos cursos realizados nessa modalidade. Considerando que uma das grandes razões de permanência e produtividade em atividades a distância é o sentimento de pertencimento ao grupo, o PEAD incentiva os alunos a criarem redes de integração e comprometimento que qualificam a formação.

Os impactos da primeira versão do curso mostraram-se relevantes tanto com respeito às escolas da rede pública quanto no tocante

à própria Universidade. Nas escolas, o PEAD tem apresentado impactos significativos com a mudança nas práticas pedagógicas dos professores-alunos do Curso, sua inserção na gestão dessas escolas e com a ativação dos laboratórios de informática para a integração das tecnologias aos currículos. O PEAD teve ainda um impacto positivo dentro da UFRGS, sendo o primeiro curso de licenciatura a distância no âmbito da Universidade e servindo de referência para outras atividades oferecidas nessa modalidade.

Para essa nova turma, tem-se a expectativa de alcançar a consolidação e o aperfeiçoamento do modelo pedagógico, bem como uma ampliação do uso das tecnologias digitais, tendo em vista a evolução da rede de computadores em banda larga e a grande popularização dos equipamentos móveis, de uma forma geral, e em particular entre professores e alunos, trazendo a possibilidade de uma verdadeira revolução nas práticas pedagógicas.

Crediné Silva de Menezes
e Rosane Aragón
Coordenador-geral e coordenadora pedagógica do PEAD



FLÁVIO DUTRA/JU



Orquestra tem realizado ensaios no Auditorium Tasso Corrêa



Conhecendo a UFRGS

A voz como objeto de estudo

Além de ser uma das ferramentas mais essenciais para nos relacionarmos e articularmos os conhecimentos, a voz é uma de nossas maiores formas de expressão. É tão natural no cotidiano que só lhe damos a devida importância no momento em que ela nos falta ou falha.

Integrando ensino, pesquisa e extensão, o Núcleo de Estudos da Voz e Distúrbios da Comunicação Oral (Fono VOZ) do Instituto de Psicologia, coordenado pela professora Bárbara Garcia de Goulart, produz conhecimentos científicos em benefício da saúde comunicacional da população, por meio de uma dinâmica interdisciplinar.

Um dos projetos que compõem o Fono VOZ é o ambulatório de Voz e Expressão, que atende às comunidades interna e externa à Universidade. Estagiários do curso de Fonoaudiologia do sétimo e oitavo semestres, oferecem consultas no Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde (CIPAS), buscando reabilitar pessoas com distúrbios como rouquidão, hipernasalidade ou que simplesmente desejam aprimorar a comunicação oral. Uma das preocupações do Núcleo é incentivar práticas saudáveis: “Procuramos modificar os hábitos das pessoas para que elas tenham melhor equilíbrio entre a comunicação oral e o que elas gostam de fazer”, reforça Bárbara.

Distúrbios da comunicação oral provocam o isolamento social e o sofrimento, prejudicando a vida pessoal e profissional. A incidência de distúrbios comunicacionais é maior em profissionais que têm na voz o seu instrumento de trabalho.

Questões ambientais, a falta de acústica adequada nas salas de aula, o número excessivo de alunos e de carga horária, são fatores que provocam transtornos da voz em professores. Ainda em fase inicial, uma das pesquisas realizadas no Núcleo procura dar visibilidade aos cuidados da saúde de docentes a fim de evitar que adoçam.

*Letícia Paludo e Lysiane Munh, alunas do 3.º e 4.º semestre de jornalismo da Fabico

Assista ao programa

O programa **Conhecendo a UFRGS** sobre o Núcleo FonoVoz vai ao ar no dia 16 de junho, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 20h e às 23h.

Ópera na UFRGS estreia *Ariadne*

Cultura

Montagem foi feita em parceria entre o Instituto de Artes e a UFPR

A história de Ariadne, filha de Minos, rei da ilha de Creta, é o tema da nova edição do projeto Ópera na UFRGS, que estreia no dia 26 deste mês no Auditorium Tasso Corrêa do Instituto de Artes.

Conforme a diretora do Instituto de Artes, a professora Lucia Becker Carpena, a montagem foi idealizada em conjunto com o Departamento de Artes da Universidade Federal do Paraná. “Na verdade, essa parceria já existia informalmente, porque a Silvana Scarinci, que é docente na UFPR, colabora conosco desde a primeira ópera que montamos em 2012. Ela foi minha colega no doutorado e é pesquisadora de música barroca. Além do mais, toca teorba, instrumento de cordas predecessor do alaúde, essencial para a música barroca.” Em 2014, Lucia e Silvana dividiram a direção-geral de Ariadne, produzida pela UFPR e exibida em duas réctas com entrada franca no Teatro Positivo de Curitiba. Neste ano, a ópera ganhou um edital da prefeitura da capital paranaense e foi remontada.

A exemplo das edições anteriores do Ópera na UFRGS, a montagem de *Ariadne* teve o apoio incondicional da administração central da Universidade. Lucia observa que produzir um espetáculo desse tipo é um esforço muito grande, pois reúne músicos, cantores, atores, bailarinos, figurinista, cenógrafo, iluminador.

A professora salienta que ambas as montagens têm o caráter de um projeto acadêmico: “Essa é uma postura política que assumimos.

Não temos compromisso com o mercado, de precisar ter o teatro lotado porque temos custos a cobrir. O Instituto pediu e ganhou a verba para montar o espetáculo porque há política cultural nessa gestão”. Lucia reconhece que, por conta desse ambiente favorável, a escolha da ópera é feita em função do que se considera relevante em termos de repertório e da formação dos estudantes. “Também investimos na formação de plateia, oferecendo ao público aquilo que ele jamais veria em uma grande casa de espetáculos – ou talvez visse em um teatro bem pequeno na Alemanha ou na França. Isso porque esse é um repertório que quase não circula”, esclarece.

A história – Escrita pelo compositor Johann Conradi, a obra em três atos foi encenada pela primeira vez no teatro de ópera de Hamburgo em 1691. Por amor a Teseu, Ariadne, prometida ao príncipe Evantes, decide ajudar o herói ateniense a enfrentar o Minotauro, monstro devorador de homens que vivia em um labirinto do qual ninguém conseguia sair vivo. Com a espada e o fio de linha recebidos da jovem, Teseu mata o monstro e encontra a saída do labirinto. Depois de vitorioso, porém, ele abandona suas promessas de amor e troca Ariadne pela irmã, Fedra. A história lança mão de um recurso típico da ópera veneziana para aliviar a tensão dramática: o personagem cômico Panfilio, o afiador de tesouras. Ao lado do coro, esse personagem faz o contraponto entre o ambiente da nobreza e o povo. “Esse é um personagem popular, alguém muito rude e que faz os comentários mais impróprios durante a encenação, acrescentando um tom de normalidade e fazendo com que o público se enxergue no palco”, acrescenta a docente.

A montagem contará com sete cantores solistas convidados, que

vêm da UFPR, um libreto bilíngue distribuído ao público e a projeção de legendas em português. “Isso é caro, não só pelo custo de tradução, mas pela impressão do material. Também fazemos questão de incluir no programa um texto da reitoria, da direção do Instituto e de cada um dos docentes envolvidos para explicar como foi o trabalho com o teatro, com as artes visuais e a com a música, além de um texto sobre aquela música em especial. Entendemos que essa é uma maneira de informar a audiência para além apenas da fruição.”

Laboratório – Lucia considera que o projeto proporciona aos alunos do Instituto de Artes o aprendizado de como é montar um espetáculo dessa complexidade. Por outro lado, acredita que o esforço para produzir esse tipo de obra responde a um

compromisso social: “Afinal, a Universidade tem de se comunicar com a sociedade, que é quem a sustenta. O nosso papel é formar essa plateia e mostrar coisas que ela normalmente não poderia ver porque são títulos que o mainstream não escolhe. Certa vez, durante uma entrevista, me perguntaram como eu via a questão da ópera ser elitista. Respondi que elitista era o preço do ingresso. Se fosse uma coisa para poucos, não haveria fila na porta nem teríamos feito uma segunda temporada de *Dido e Enéas*”, recorda.

Em Curitiba, *Ariadne* terá sessões nos dias 12, 13 e 14 de junho; e em Porto Alegre, nos dias 26, 27 de junho, às 20h, e no dia 28, às 11h, no Auditorium Tasso Corrêa do Instituto de Artes (Senhor dos Passos, 248). A entrada é franca, com ingressos disponibilizados na hora até o limite de lotação do espaço.

Unimúsica

Arrigo Barnabé abre a série 2015

Em apresentação com entrada franca que marca a reabertura do Salão de Atos, Arrigo Barnabé irá estrear o Unimúsica 2015 no próximo dia 11, apresentando *Claras e crocodilos*. O show dá início à série *Irreverentes*, idealizada pelo Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão para trazer ao palco da UFRGS a centelha do pensamento livre e da crítica social. Até novembro, serão realizados mais cinco espetáculos: Jards Macalé, em 2 de julho; Wander Wildner, em 6 de agosto; Luiz Melodia, em 3 de setembro; Carlos Careca, em 1.º de outubro; e Tom Zé, em 5 de novembro.

Claras e crocodilos nasceu no Festival de Vanguardia de Santiago do Chile, em 2013, onde foi sucesso de público e ganhou críticas positivas nos jornais locais. O espetáculo traz uma nova interpretação de Clara Crocodilo – álbum de 1980 que foi um ponto de inflexão na obra de Arrigo –, com as instrumentistas da nova geração Ana Karina Sebastião (baixo elétrico), Joana Queiroz (sax tenor/clarone), Maria Beraldo Bastos (clarinete) e Mariá Portugal (bateria). Ao lado delas, os “históricos” Mario Manga (guitarra) e Paulo Braga (piano) oferecem uma versão moderna do repertório seminal da vanguarda paulista. Em seus 35 anos de carreira premiada e projetada no Brasil e no exterior, Arrigo lançou oito discos e um DVD, trabalhando com diferentes mídias (cinema, teatro, rádio) e as mais diversas formas e formatos – da big band ao solo instrumental, compo também canções, música de câmara, ópera de bolso, obras multimídia e formato litúrgico.

O show inicia às 20h. A retirada das senhas para ingresso pode ser feita mediante a doação de 1 kg de alimento não perecível a partir das 9h do dia 8 de junho, no mezanino do Salão. Na véspera da apresentação, haverá uma entrevista aberta com Arrigo Barnabé, às 20h, na Sala II do Salão de Atos. Inscrições via site www.difusaocultural.ufrgs.br.



“Não tenho mamãe, dois papais”

Direito

Nas novas configurações familiares, o amor ganha reconhecimento

Wesley tinha três anos e problemas respiratórios. Uma noite, seu pai Roberto precisou levá-lo à emergência do Hospital Santo Antônio. Chamado pela atendente, precisou responder a algumas perguntas para o cadastro. Questionado sobre o nome da mãe do menino, respondeu que o menino não tinha mãe. A secretária fez a pergunta e ele repetiu que o garoto não tinha mãe, mas ela insistiu na necessidade da informação. Os dois se exaltaram e, no meio da confusão, Wesley disse, calmo e enfermo: “Não tenho mamãe, dois papais”. Os dois silenciaram e a atendente finalizou o cadastro sem o nome da mãe.

A família tradicional brasileira se diz em crise. Por meio de protestos, discursos de políticos e comentários na internet, pessoas reclamam da deformação do ideal familiar, ignorando que divórcios, amantes, filhos bastardos, filhos adotivos, poligamia e homossexualidade sempre estiveram presentes na sociedade. A diferença é que hoje esses grupos conquistaram direitos, e isso incomoda.

Intolerância – O Estatuto da Família, proposto pelo deputado federal Anderson Ferreira (PR), membro da bancada evangélica, prevê uma série de benefícios às famílias que o parlamentar considera corretas. O texto define família como “núcleo social formado entre um homem e uma mulher ou por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Na justificativa da nova lei, ao lado da epidemia das drogas e da violência doméstica, aparece: “Desconstrução do conceito de família, aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo”. O redator ainda tentou inserir no texto o veto explícito à adoção por casais homossexuais, mas não obteve sucesso. O estatuto, que é de 2013, foi desengavetado no fim do ano passado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que já se pronunciou contra a adoção por homossexuais. No momento, o projeto está em fase de discussão em uma comissão especial, liderada pelo pastor Sóstenes Cavalcante (PSD).

Se aprovada, a norma poderá dificultar a aplicação de outras leis que concederam direitos aos homossexuais nos últimos anos, podendo chegar a vetar futuras adoções e mesmo retirar direitos de famílias já assim constituídas. Para consultar o público, a Câmara Federal incluiu em seu site, em fevereiro deste ano, uma enquete sobre o núcleo familiar. A consulta bateu o recorde de acessos do site em seu primeiro mês e, até o início de maio,



Em dezembro de 2011, o casal Roberto e Fabiano adotou os irmãos José, Brenda e Wesley, que até então moravam em um abrigo

apontava que 51,91% dos 6.336.061 votantes, consideram a família um núcleo unicamente formado a partir da relação entre um homem e uma mulher. Se parte da sociedade brasileira não está em paz com o fato de um casal homossexual criar uma criança, com certeza muitas famílias com essa configuração estão.

A espera – Roberto Iparaguirre, hoteleiro de 36 anos, e Fabiano Bormann, empresário de 42, estão juntos há 11 anos. Desde o sexto ano da união, sentiram o desejo de constituir uma família, o que ficou ainda mais explícito após adquirirem uma casa na Serra e perceberem que aquela felicidade só seria completa quando compartilhada. Inscreveram-se no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e por anos esperaram na fila. Em junho de 2011, Fabiano encantou-se com Brenda, uma menina de três anos que frequentava a creche comunitária que ele havia ajudado a fundar e para onde frequentemente levava mantimentos. Ao questionar a responsável do local, foi informado de que a menina estava em processo de destituição familiar e, por isso, passível de uma futura adoção. Havia, porém, um problema: Brenda tinha um irmão, Wesley, de um ano e oito meses, que deveria ser adotado conjuntamente. Fabiano não considerou isso um obstáculo. Ligou para Roberto anunciando: “Nossos filhos nasceram”.

Quando o casal retornou à creche para conhecer melhor as crianças, recebeu a notícia de que havia mais um “problema”: outro irmão chamado José, que já tinha sete anos e, por isso, vivia em uma casa de triagem. Os dois relatam que, nesse momento, abalaram-se um pouco, pois três crianças exigem enormes demandas. Pensaram na possibilidade, fizeram contas e conversaram

com seus pais. Fabiano diz que sua mãe ficou animadíssima com a ideia de ter um neto, e ainda mais com a possibilidade de serem três. Por isso, comprometeu-se a “abraçar junto” aquela ideia. Na manhã seguinte, estavam lá novamente, assim como em todos os próximos dias até a adoção ser efetivada.

Ainda em junho, tiveram a chance de conhecer Zé em uma festa junina do abrigo onde ele morava. Repararam que a realidade desse tipo de local não era nada ideal para uma criança, ou melhor, para nenhum ser humano. Cada cama, sem lençóis, era compartilhada por duas crianças, estrutura física precária, com móveis quebrados e poucas janelas, além de uma infestação por piolhos. Roberto e Fabiano lembram que pessoas da instituição chegaram a criticar e rotular os abrigados. Sentiram vontade de ajudar todas aquelas crianças, reformando o espaço. Contudo, precisavam focar naquilo que lhes era tangível: adotar três irmãos em situação grave. Contrataram um advogado para auxiliar no processo, mas, principalmente, para entrar com uma ação que lhes permitisse oferecer serviços médicos e odontológicos aos três. Brenda, por exemplo, tinha três anos e dois dentes cariados, machucados na cabeça devido aos piolhos e feridas pelo corpo todo. A juíza que recebeu o caso deferiu o pedido, solicitando urgência em seu atendimento. Outro pedido acatado foi o de que os três irmãos passassem a viver juntos a fim de fortalecer o vínculo afetivo.

Uma família – Em 21 de dezembro de 2011, o casal acolheu em sua casa seus três filhos. O período de adaptação foi mais simples para Brenda e Wesley. Zé já havia tido vivências duras e, por isso, amadurecido precocemente: “A gente

conversava com uma criança de sete anos que parecia um guri de 16”, relembra Roberto. Por outro lado, seus conhecimentos escolares eram de uma criança mais jovem. Com acompanhamento psicológico e psicopedagógico, os pais ajudaram o menino a “voltar no tempo, a acertar o passo”, explica Fabiano. Hoje, segundo eles, o garoto parece uma criança normal da sua idade e vem tirando notas acima da média. Em dado momento, José também questionou sua família diferente. Os pais, então, decidiram reunir amigos que viviam em configurações não tradicionais, como pais solteiros, divorciados e homoafetivos. Mostraram que existiam muitas famílias distintas e que aquilo não era privilégio dele, conforme relata Roberto. Desde então, o menino não levantou mais o assunto e passou a defender sua configuração familiar.

Apesar de sua família não convencional, Roberto e Fabiano dão aos filhos uma educação tradicional. “A professora é autoridade máxima, eles precisam falar as palavrinhas mágicas e os palavrões são proibidos”, observa Fabiano. O casal, porém, alia isso à desconstrução dos rótulos: “Não existe o gordo, o negro, a dentuça, tem de ser parceiro, porque todo mundo é feito de carne e osso”. Ambos comentam sofrer preconceitos de diferentes níveis, em especial, constantes olhadas indiscretas, que costumam revidar questionando: “A gente se conhece?”. Por outro lado, já receberam comentários de admiração pela coragem. Confirmam, agora, o que durante anos ouviram de seus pais: ter filhos muda completamente a vida. “Desde que eles chegaram, dormir... nunca mais! “Tu tá sempre conferindo: “Tá vivo? Tá respirando?”, contam. Os dois dizem ter apenas um arrependimento: não terem adotado antes.

Adoção – Hoje, no Brasil, existem 5.667 crianças registradas e 33.538 adultos requisitando adoção, segundo relatório gerado no site do CNA. As especificações escolhidas pelos pretendentes, no entanto, criam incompatibilidades. O fator de maior discrepância diz respeito à idade: apenas 6% dos adotantes aceitam crianças entre sete e 17 anos, enquanto essas correspondem a 87% das cadastradas. Também é importante ressaltar que, nos últimos anos, o processo de adoção tornou-se ainda mais rigoroso. Isso ocorre devido à fragilidade e às experiências difíceis de muitas dessas crianças, conforme esclarece Verônica Chaves, psicóloga do Centro de Apoio Psicossocial Multidisciplinar, órgão da prefeitura que gerencia as adoções em Porto Alegre.

Verônica diz que a jornada pela qual um casal homoafetivo transita na instância do órgão é exatamente a mesma dos demais pretendentes. “Interessa saber o quanto essas pessoas estão felizes com elas mesmas, qual é sua capacidade de amar, independentemente da escolha conjugal que fizeram”, afirma a psicóloga. Outro fator importante é analisar que outras pessoas relacionadas ao casal estarão presentes na vida da criança. Ela relata que sempre há, seja qual for a configuração do adotante, uma ruptura da imagem de família que a criança esperava. “Ela imagina que vai ganhar uma mãe bonita, de cabelos longos e um pai forte que joga futebol. Essa idealização acaba caindo por terra”, explica. Verônica acrescenta que, em todas as adoções homoparentais já coordenadas pelo Centro, as dificuldades foram manejadas junto à família e com acompanhamento psicológico.

Iami Gerbase, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Se não podes ver, repara

Percepção A utilização dos sentidos na associação de cores e texturas por deficientes visuais

Nos sonhos de Juca, sua filha Luísa, de cinco anos, aparece já adolescente caminhando de mãos dadas com um rapaz. Os cabelos cacheados balançando ao vento foram o suficiente para a mãe reconhecê-la. No dia a dia, Juca identifica a menina por meio do toque. Nos sonhos, uma imagem singular que só ela pode definir desenha os traços da filha.

Juliana Carolina Pereira, apelidada de Juca na infância, perdeu a visão aos seis meses. A doença, que foi identificada tarde demais pelos médicos, era um tumor maligno que se desenvolve na retina, o retinoblastoma. Foi preciso retirar os globos oculares a fim de preservar-lhe a vida. Juca não recorda das cores ou das feições dos familiares. Duas próteses de cerâmica preencheram o lugar dos olhos.

Cores e texturas – A percepção do ambiente não é construída somente a partir do ato de enxergar. O toque, o cheiro e o ouvido atento criam modos distintos de perceber o mundo. Pessoas que perdem a visão acabam aguçando outros sentidos, como o olfato, o paladar, a audição e o tato. Carolina Bustos, mestre em Engenharia de Produção e doutora em Design pela UFRGS, analisou em sua dissertação de mestrado, intitulada *Condições de percepção e deslocamento dos usuários com deficiência visual: um estudo de caso na APADEV-RS*, de que maneira os indivíduos com cegueira congênita ou adquirida associam cor e textura.

“Que cor vem à mente quando sentes esta textura?”, perguntava aos quatro participantes, um por vez, durante a pesquisa realizada na Associação de Amigos e Pais dos Deficientes Visuais de Caxias do Sul (APADEV). Dois deles tinham cegueira adquirida, e os outros, cegueira congênita. Para o estudo, foram utilizados materiais existentes na natureza – casca de árvores, flores – e outros produzidos pelo homem.

Carolina baseou-se no método adotado por Katja Protz Fróis no trabalho *Arquitetura além do olho ou o que temos a aprender com a cegueira* em sua pesquisa: “Essa pesquisadora criou materiais cerâmicos com diferentes texturas, fez uma aplicação em um grupo de indivíduos cegos para a associação de sensações e cores. Eu peguei essa técnica e apliquei com esse público-alvo e obtive praticamente as mesmas respostas que ela”.

Os resultados mostraram que há uma associação direta de superfícies pontiagudas e rugosas, que causam certo desconforto, com cores escuras (preto e marrom). Segundo Fróis, o termo escuridão é utilizado para explicar, negativamente, a condição em que vivem os deficientes visuais. Para a autora, espaços que transmitem sensação de frio são associados a ambientes sem luz, e a luminosidade para os cegos de nascença garante a impressão de conforto térmico. Já as texturas lisas foram relacionadas a cores claras, como o azul e o branco.

Carolina ressalta que o aprendizado e as experiências vividas são os principais fatores desse processo associativo. Os cegos com cegueira adquirida resgatam da memória as cores que aprenderam antes de perderem a visão. “Eles relatam que sonham colorido”, explica.

Um dos participantes da pesquisa também utilizou o olfato para relacionar a textura à cor. Carolina destaca que a associação olfativa é uma das mais aguçadas: “A vinculação olfativa é a que permanece por mais tempo na memória. Se tu passares em frente a um local e sentires determinado cheiro, aquilo vai aguçar alguma recordação. Aí tu vais fazer uma relação positiva e, talvez, aquele aroma te leve àquele lugar”.

A cor preferida de Juca é o vermelho. Quando vai trocar de roupa para ser fotografada, escolhe a blusa vermelha do guarda-roupa. “Lógico que o que se sabe de cores é o que tu aprende no colégio. Vermelho é uma cor quente, remete ao fogo. Não sei te explicar muito bem por que, mas gosto de

vermelho e de um rosa bem vivo”, conta Juca. Carolina diz que em relação à cegueira congênita há uma vinculação com a quantidade de informações que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, como a comparação cor-espaco: “Se a pessoa aprender que o vermelho é quente, automaticamente ela o vinculará a ambientes e superfícies quentes”.

Cego ao outro – “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.” A frase na epígrafe do livro *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago, fala de uma sociedade individualista que não se importa com o outro, que não é solidária e, por isso, não é capaz de realmente enxergar.

Para Carolina, vivemos em um mundo que não possui preparo no que tange à inclusão social: “Alguém com deficiência motora que encontra só escadarias em um prédio como vai entrar? Um cego precisa pegar o ônibus, mas como ele vai pedir pro ônibus parar? Isso tudo leva a pessoa a sentir-se excluída. Eu acho que é a sociedade que exclui, por ser uma sociedade cega, que se nega a enxergar as necessidades dos outros. A cegueira tá na gente”, conclui.

“Sabe o que mais me irrita? Quando falam ‘ah, o ceguinho!’”, exclama Juca. Para ela não existe problema no termo deficiente visual, pois acredita que todos somos deficientes em algum aspecto. Juliana, porém, fica chateada quando alguém lhe dirige a palavra em tom de pena. A autonomia para realizar atividades cotidianas sempre foi incentivada pela família: “Em casa, quando eu perguntava ao meu pai onde estava determinado objeto, ele sempre

respondia ‘não sei, procura’. Vendo de fora parece uma grosseria, mas era a forma de ele mostrar que eu podia fazer as coisas por conta própria. Se eu tiver um problema, quero que tu me mostres um meio de resolvê-lo. Não gosto que façam as coisas por mim”.

Juliana tem 32 anos. Quando era criança, seu pai fazia questão de levá-la para passear e conhecer os objetos por meio do toque. “Nunca me esqueço, fomos passear e entramos numa chácara onde havia vários porquinhos. Lembro que ele pediu permissão ao dono para que eu pudesse tocar e conhecer os bichinhos.” Ela considera ser fundamental que tanto a família quanto a escola façam com que as crianças portadoras de deficiência visual tenham con-

contava sobre as coisas e fazia com que eu sentisse aquilo e pudesse imaginar”, relembra Juca.

Na opinião de Juca, é preciso prestar mais atenção ao que as pessoas falam. Tanto os cegos quanto quem possui a visão estão perdendo a capacidade de realmente ouvir o outro. Juliana é dona de casa e, nas horas de lazer, é ouvindo que ela imerge em um universo particular por meio da música.

A experiência de ser mãe levantou questionamentos dos amigos em relação ao cuidado de Juca com a filha. Alguns perguntavam como ela saberia se a criança estava bem sem poder vê-la. “Eu entendo que, pra quem enxerga, é difícil perceber o mundo sem a visão, porque é tudo muito visual. Tu vai ver a carinha de criança e vai saber se ela não tá conseguindo respirar, se tá roxinha. Mas acho que há outras maneiras, é só prestar atenção, até porque teu filho te conhece”, explica.

A história se repete, mas nem sempre com finais semelhantes. Luísa nasceu com o mesmo tumor da mãe. Diagnosticada com 15 dias de vida, a menina fez diversas sessões de quimioterapia e conseguiu preservar a visão. “Mãe, tu esqueceu de acender a luz”, diz a garota. “Verdade filha, a mãe esqueceu”, responde Juca. Ela nunca conversou com a menina a respeito da doença que causou sua cegueira. Mesmo sem dizer, Luísa pega a mãe pela mão quando quer lhe mostrar algo. Agora é pelos olhos da menina que ela ouve sobre os matizes que colore o mundo.

Jéssica Menzel, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Apesar de ter perdido a visão aos seis meses, Juliana desenvolveu gostos por cores como o vermelho, que afirma ser a sua preferida



Em busca de soluções

Design Projeto Inovação, Competitividade e Design aproxima a universidade do meio empresarial

Jacira Cabral da Silveira

Será que funciona? Qual a sua durabilidade? O resultado será eficiente? Lugar de pergunta não é só a academia. Em 2014, a empresa Atlas de ferramentas e acessórios para acabamento de obras montou um laboratório de pesquisa e de desenvolvimento de produtos em que designers e engenheiros interagem com diferentes consumidores por meio de workshops e testagens. Além de possibilitar a integração de profissionais de diversas áreas responsáveis pelo desenvolvimento de produtos e serviços, a concentração das atividades realizadas nesse novo espaço reduziu para duas semanas o tempo das pesquisas de campo, que até então precisavam de quatro a seis meses para serem concluídas.

A criação do laboratório da Atlas foi um dos resultados da aproximação da Universidade com o setor empresarial por meio da parceria com o projeto Inovação, Competitividade e Design (ICD), vinculado ao Departamento de Design e Expressão Gráfica da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Coordenado pelo professor Maurício Moreira e Silva Bernardes, o projeto, que teve início em 2013 e se estende até o final deste ano, tem contado com a participação de cinco empresas: Piccadilly Calçados, Xalingo Brinquedos, Bettanin, Sanremo e Atlas, as três últimas do Grupo ImBeta.

Ao longo desse processo, vêm sendo produzidas teses e dissertações na área de Design, tendo como objetivo principal a proposição de diretrizes para aumentar a competitividade de empresas desenvolvedoras de produtos com a gestão e a concepção de soluções inovadoras. Uma das atividades do ICD para dar visibilidade ao projeto foi o ciclo de palestras que teve sua penúltima edição em maio, quando os professores Keiichi Sato, do Instituto de Design do IIT/Chicago, e Juan Manuel Salamanca Garcia, coordenador do Departamento de Design na Universidad ICESI/Colômbia apresentaram suas teses. Em agosto, será realizada a última palestra do projeto, com a participação de Joan Vinyets, cofundador da empresa *A Piece of Pie* e atualmente sócio da DonandMerit, marca que desenvolve produtos com uma proposta social.

Mudança de cultura – “Estamos tentando mudar a cultura brasileira em termos de posicionamento do design porque, para muitos, design é estética, é forma”, observa Maurício. De acordo com o docente, que tem formação em Engenharia e pós-doutorado em Design em Chicago, “design é solução não só em produto, mas

também em serviço”, acrescenta.

Mesmo não havendo pesquisa quanto ao reconhecimento do profissional de Design no mercado brasileiro, Maurício considera que já há um vislumbre promissor: “A empresa começa a perceber o design como um processo que resultará numa solução”. Ele lamenta, entretanto, que o designer ainda não seja visto como um fomentador de novas estratégias ou de diferenciação. Mas é otimista, especialmente levando em conta os desdobramentos positivos da aproximação da universidade com o mercado por meio do ICD. E essa parceria vem contribuindo para que se avance nesse sentido: “Antes, esperava-se que o designer fosse um projetista de produto. Muitas vezes, esse profissional tinha como formação o curso de Arquitetura ou era egresso de alguma área da Engenharia ou do Desenho Industrial. Mas a expectativa que se tem hoje com relação ao designer é muito mais ampla: ele é aquele profissional que vai interagir com todos os públicos da indústria, do consumidor ao pessoal de marketing”, conceitua o diretor comercial da Atlas, José Márcio Atz, que colabora com as pesquisas do Departamento de Expressão Gráfica desde 2010.

José Márcio também considera positivas as trocas que o projeto do ICD vem promovendo, tanto para a indústria quanto para a universidade: “A empresa possibilita a prática do mundo real, do dia a dia, da competitividade que aumenta de forma crescente e que se intensifica em momentos

de maior dificuldade do mercado ou devido a variantes externas. Procuramos fazer um casamento, aproximando o desafio real da indústria, usando o profissional de Design”. Por outro lado, José Márcio destaca que os funcionários das empresas dificilmente teriam essa oportunidade de interagir em debates das mais atualizadas técnicas de pesquisa de ponta com pessoas que vivem o dia a dia desses centros de excelência.

“A empresa começa a perceber o design como um processo”

Maurício Bernardes
Coordenador do ICD

Melissa Pozatti, graduada em Design pela UniRitter e orientanda de mestrado do professor Maurício, concorda com José Márcio quando ele ressalta a importância do contato com o cotidiano da empresa por parte dos estudantes. Segundo ela, é consenso entre seus colegas, independentemente da instituição de ensino em que tenham se formado, que, durante a graduação, é rara a aproximação dos futuros profissionais com as empresas para as quais estão sendo qualificados. “Pouco se tem contato com o universo do meio profissional”, assevera. Situação que ela lamenta, pois considera que essa troca de experiências traria

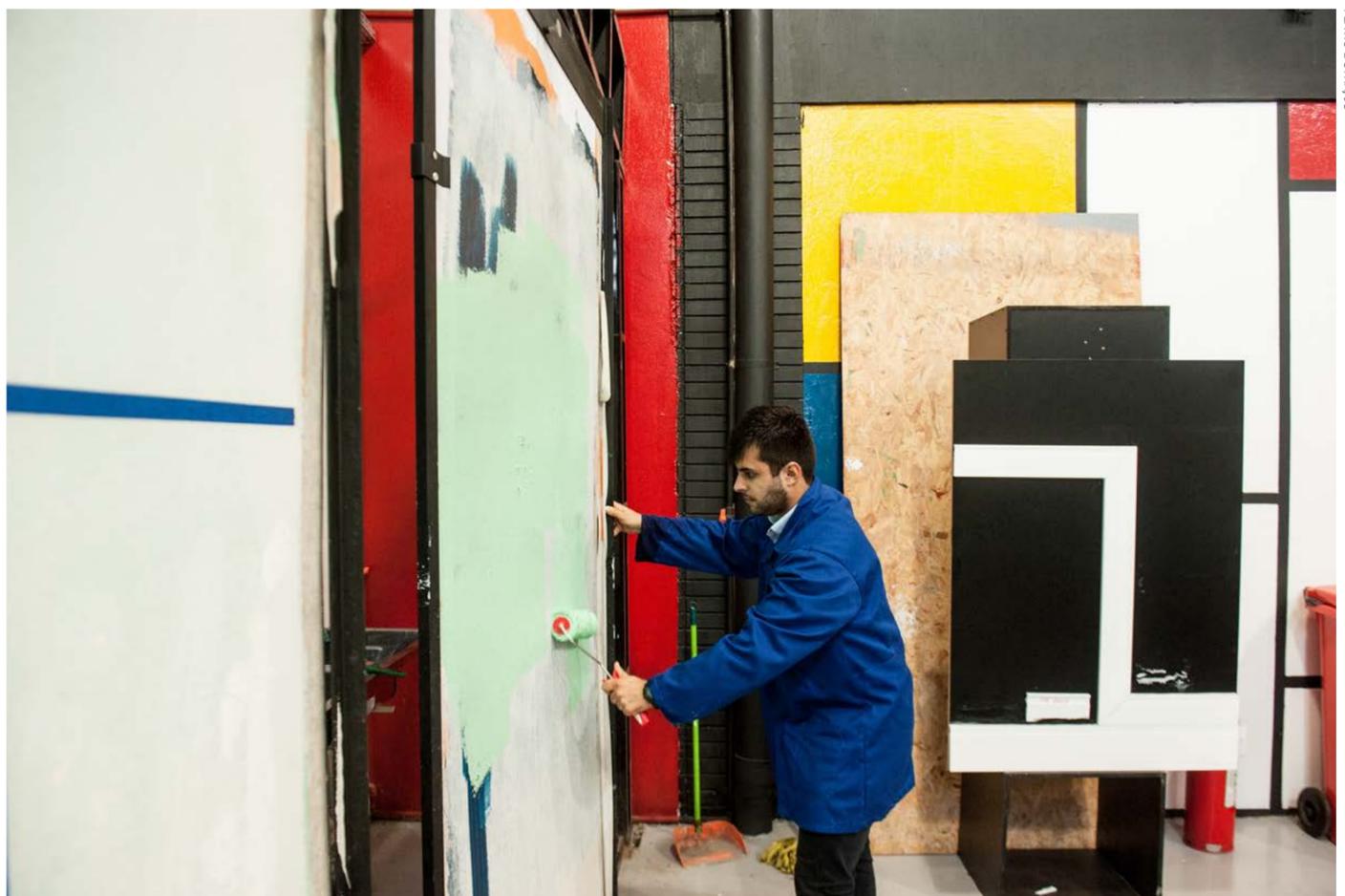
benefícios para as duas partes: “Os alunos sairiam mais bem preparados para o mercado de trabalho, e a universidade estaria dentro das empresas”.

Resultados – Sem poder revelar as soluções encontradas pelas empresas em virtude do compromisso de sigilo firmado entre as partes, mas buscando ilustrar tais resultados positivos, fruto de meses de trabalho, Melissa relata um desses casos. Preocupado em desenvolver novos produtos que atendessem melhor ao mercado, um dos grupos de determinada empresa, depois de utilizar as ferramentas propostas pelos pesquisadores, acabou por rever esse objetivo: “Eles resolveram dar um passo atrás e, em vez de criar um novo produto, procuraram encontrar uma solução para os produtos que já existiam”. Como pesquisas de campo haviam identificado a dificuldade dos consumidores em guardar esses produtos, que acabavam jogados nos cantos da cozinha ou da área de serviço, encontraram uma saída mais rápida e barata: “O projeto final deles foi criar um sistema de armazenamento de materiais para limpeza”, resume satisfeita a mestranda.

Na reta final para encerrar o projeto do ICD, Maurício comemora os resultados. Um deles foi a elaboração de um Guia de Inovação, que reúne os métodos criados pelo Instituto de Design de Chicago e que foram implementados pelo ICD em empresas brasileiras. Em 2016, a próxima publicação do grupo de pesquisa

coordenado por Maurício será um Prime Work, que é um modelo de aplicação de diagnóstico para identificar que tipo de fatores devem ser resolvidos primeiro na empresa antes de aplicar o Guia de Inovação. Para essa avaliação, o professor comenta que foi desenvolvido um Sistema de Indicadores ICD. “Nossa pretensão é ter para a indústria brasileira o ICD-UFRGS de Inovação, Competitividade e Design, assim como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) tem a medida de inflação”.

Paula Fraga, graduada em Administração e mestranda do PPG Design, sob a orientação de Maurício, é uma das pesquisadoras que colaborou para que se chegasse a esses indicadores. A partir de um sistema de parâmetros já elaborado no ICD, coube a ela buscar validá-lo junto às empresas que participam do projeto. “Eles apontaram uma série de melhorias tanto na nomenclatura como na questão de fórmula e de métrica constantes na régua de notas”, explica. Através desses sinalizadores, Maurício afirma que as empresas poderão avaliar até que ponto são inovadoras, competitivas e incorporam ao processo de produção da empresa a prática do design. Segundo Melissa, como hoje em dia todas as empresas têm acesso aos mesmos materiais e às mesmas tecnologias, é nesse contexto que faz diferença a atuação do profissional de Design. “A resposta não está mais restrita ao material novo ou ao processo novo, o diferencial hoje é observar o usuário e aquilo que ele precisa”, acrescenta.



Por conta de parceria com a Universidade, a empresa Atlas montou um laboratório de pesquisa e desenvolvimento de produtos



Especialista educacional Fernanda Paula demonstra o procedimento de massagem cardiorrespiratória em manequim durante curso

Pacientes artificiais

Saúde
Nova tecnologia permite simulações mais realistas na Escola de Enfermagem

Os diferentes cursos da Universidade lidam com uma gama razoavelmente grande de dispositivos didáticos. Nos mais abstratos, um quadro, giz e uma sala são suficientes. Em outros, laboratórios dos mais diversos se fazem necessários. Mas como, nos cursos da saúde, preparar o aluno para, no mercado de trabalho, interagir de maneira satisfatória com seus pacientes? Como treinar os procedimentos práticos que depois serão realizados no corpo humano?

Uma das soluções é o uso de bonecos para fazer simulações, estratégia comum utilizada há bastante tempo nos cursos da área. Entretanto, neste ano, o Laboratório de Práticas de Enfermagem (Lapenf) deu um passo além com a aquisição de uma série de equipamentos. Entre eles, bebês que choram e reagem aos procedimentos; braços, pernas e torsos, para que sejam feitas incisões; e a grande estrela: o SimMan 3G, um manequim inteligente que responde aos estímulos de maneira realística, inclusive imitando os sons e as respostas do corpo. Um software permite a programação

de cenários com situações complexas de saúde e até a inclusão de falas. Uma câmera nos olhos do boneco e sensores pelo corpo registram tudo o que é feito durante o exame e pode posteriormente ser avaliado em um debriefing.

Além do impacto óbvio no ensino, o material também pode ser utilizado em hospitais e até mesmo para demonstrar primeiros socorros a leigos. Durante três dias do mês de abril, foi oferecido um curso de operação desses equipamentos na Escola de Enfermagem, com vistas a qualificar professores e técnicos para o seu uso e avaliar suas aplicações em sala de aula.

“O SimMan 3G só não sente, o resto tudo ele faz. E sentimento quem coloca é o instrutor que dá voz ao manequim”, explica Débora Porto, técnica administrativa do Lapenf e uma das responsáveis pela aquisição. Para ela, a presença dos bonecos pode significar um grande salto de qualidade no ensino de Enfermagem: “A simulação pode retomar aquele conhecimento teórico e prático, de maneira que os alunos cheguem ao local de trabalho, após a graduação, acertando técnicas e atuando de forma integral e humanizada – tudo aquilo que é orientado pelo SUS”.

Processo de aquisição – A história começa quando Débora e sua colega Geana Santos assumiram um cargo no Lapenf há cerca de sete anos. As duas perceberam alguma defasagem entre os equipamentos que a UFRGS apresentava e o que era a média do mercado e de outros ambientes de ensino em universidades federais.

“Quando ingressamos no Laboratório, começamos a pesquisar ambientes semelhantes e vimos que eles estavam trabalhando com materiais e tecnologias com as quais nós ainda não tínhamos tido contato”, relata Débora.

O uso de manequins nas aulas da Enfermagem é uma prática antiga. A Universidade, portanto, já possuía diversos bonecos com essa função. O problema é que esses já estavam lá há muito tempo e não acompanhavam mais o grau de realidade que se espera hoje. “Eram manequins de mais ou menos 30 anos, ou seja, velhos e já muito utilizados. Além disso, eles são parados; se um aluno colocar o oxigênio em um boneco desses, ele não vai ter resposta alguma. Vira um treinamento muito específico da habilidade de instalar o oxigênio. Os equipamentos novos se comportam de maneira mais parecida com um paciente. O mesmo ato de instalar o oxigênio vai fazer com que ele respire melhor e diga que não tem mais falta de ar”, conta a técnica.

Essa resposta quase fisiológica é o que permite ao estudante se dar conta da situação, o que pode ter um efeito didático importante. “Em geral, demora uns dois minutos para o aluno ‘entrar’ na cena e acreditar que ela é de verdade. A gente ensina que ele deve atender naquele momento como se o manequim fosse uma pessoa real”, explica Débora.

Após longa pesquisa e avaliação das empresas que teriam condições de atender a essas demandas, o próximo passo foi abrir um processo de licitação na UFRGS. Depois disso, o tempo de espera foi de menos de um ano.

Treinamento – Nos dias 28, 29 e 30 de maio, duas turmas de mais ou menos 10 professores e funcionários de diversos departamentos da Universidade se reuniram na sala do Lapenf. No treinamento, Fernanda Paula, especialista educacional da Laerdal, empresa que forneceu os equipamentos, explicava os pormenores do funcionamento dos manequins, enquanto os ouvintes debatiam de maneira bem-humorada e tiravam dúvidas técnicas. Uma professora questionou se era possível realizar procedimentos na região dos rins – órgão que os robôs não possuem – e como funcionava a absorção de líquidos. A palestrante ensinou um caminho alternativo para obter reação parecida.

“O conhecimento na área da saúde tem de ser sempre revisto e treinado”

*Débora Porto
Técnica do Lapenf*

A atividade realizada no prédio da Enfermagem é uma versão diminuta do curso de Simulação Realística promovido em todo o país pela companhia. A participação em um evento desses pode custar até 1.200 reais, segundo o site da Laerdal. Aqui na UFRGS foi oferecido gratuitamente. Durante as aulas, Fernanda apresentava as funções do software que

controla, de maneira semelhante a editores de vídeo ou imagem, os sinais vitais do manequim. Por meio dele é possível programar o movimento dos olhos, a respiração, a pressão arterial, o que apareceria no raio-X, sinais de dor, barulhos, entre outros.

Empresa – Como já citado, a escolha da empresa que deveria participar do processo de licitação se deu mediante pesquisa e critérios técnicos. “A maioria dos fornecedores que lidam com esse tipo de material é estrangeira. Fizemos um levantamento dos materiais que precisávamos, pensando no currículo da Enfermagem, e a partir daí fomos buscar quem no mercado tinha todas as especificações necessárias para fazermos essa compra”, coloca Débora.

A Laerdal foi fundada na Noruega na década de 1940. No entanto, começou como uma editora de cartões de aniversário e livros infantis. Em meados de 1960, Asmund Laerdal interessou-se por um crime não solucionado ocorrido às margens do rio Sena na virada do século anterior. A vítima não identificada, apelada de Anne, foi encontrada estrangulada e afogada. A perícia mostrou que ela poderia ter sido salva com um simples procedimento de ressuscitação cardiopulmonar. Para ajudar a difundir essa técnica, Laerdal construiu seu primeiro manequim, batizado de Resusci Anne. Hoje, a empresa atua em 23 países e conta com 1.400 funcionários.

Próximos passos – Os planos futuros do Lapenf incluem expandir o espaço da simulação. O laboratório será transformado, em reforma futura, em uma emergência de hospital, com recepção e sala de avaliação. Nesta última, dois pares de espelhos de duas direções permitirão que um conjunto de avaliadores, de um lado, e a própria turma, de outro, observem todos os procedimentos realizados pelo aluno desafiado pelo cenário montado.

Depois que o uso dos novos manequins estiver estabelecido dentro do currículo da Enfermagem, a ideia é promover cursos de extensão e abrir espaço para profissionais do mercado se atualizarem ou colocarem conhecimentos não muito utilizados no dia a dia em sua prática. Muitos dos cenários possíveis do SimMan 3G não são comuns no atendimento médico, porém é necessário que os enfermeiros estejam preparados para lidar com eles.

A simulação começa, então, pouco a pouco a ser uma ferramenta fundamental não só para o ensino como para o trabalho médico. Conforme observa Débora, “o conhecimento na área da saúde tem de ser sempre revisto e treinado. Práticas precisam ser realizadas para que não se perca a habilidade”. E é com vistas a tirar o melhor do processo que o grau de realidade nas interações com esses instrumentos aumenta.

Igor Porto, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



FLÁVIO DUTRA/JU



Entre a regra e a prática

Com uma equipe de colegas professores, Lúcia Regina Possobom Martins assumiu a direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Martim Aranha, de Porto Alegre

Participação Cotidiano escolar revela o quanto é difícil promover a gestão democrática

Jacira Cabral da Silveira

Perto de completar 30 anos, o princípio da gestão democrática para a educação brasileira permanece distante no horizonte. De acordo com dados preliminares de estudo realizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), 74% dos sistemas municipais de ensino no Brasil têm seus diretores indicados, o que corresponde a 4.096 de um total de 5.566 municípios, dos quais apenas 759 elegem seus diretores (13%). Por outro lado, o mesmo levantamento revela que a maioria dos estados e capitais já pratica a eleição para diretores em suas escolas. Menos mal, querem crer alguns setores do Ministério da Educação (MEC) que destacam outro índice favorável à implantação da gestão democrática: 84% dos municípios em todo o território nacional constituíram seus conselhos municipais de educação.

Prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada por regras complementares, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional da Educação, a gestão democrática pressupõe a atuação efetiva dos vários segmentos da comunidade – pais, professores, estudantes e funcionários – em todos os aspectos da organização da escola. Essa participação incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar

(planejamento, implementação e avaliação), seja no que diz respeito à construção do projeto e dos processos pedagógicos, seja quanto às questões de natureza burocrática. Entretanto, independentemente da forma como as escolas constituem ou têm constituídas suas direções, é consenso entre educadores que trabalham diretamente nas instituições de ensino a dificuldade de trazer a comunidade para dentro desses espaços.

Escola de gestores – De acordo com a coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar oferecido pela UFRGS a partir do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica do MEC, Neusa Chaves Batista, foram dois os principais problemas relatados pelos 2.738 diretores e vice-diretores que fizeram o curso: infraestrutura e dificuldade para implantar a gestão democrática nas escolas. Ou seja, mesmo direções eleitas têm problemas para promover em suas escolas o gerenciamento participativo com a colaboração da comunidade como um todo.

Neusa busca explicar tal resistência: “Assim como o cidadão brasileiro ainda tem dificuldade de participar politicamente num sentido mais amplo, ele reluta em participar na escola”. Mesmo assim, a especialista em gestão democrática defende essa fórmula de atuação: “Esse é um processo sem fim porque não se trata de um discurso teórico, mas de uma prática que se constrói diariamente”.

Na ótica da professora, “quanto mais fortalecida a escola estiver, mais as famílias perceberão aquele espaço como um instrumento de ruptura de uma realidade difícil, independentemente do traficante A, B ou C”. Entretanto, ela refuta a visão inocente, segundo a qual so-

mente a escola tem o compromisso de conseguir transformar a vida das pessoas por meio de uma gestão mais democrática: “Tem de ser uma ação articulada. O poder público estadual e municipal precisa garantir a segurança nessas comunidades para que elas possam efetivamente fortalecer a escola ao ponto de tornar-se uma instituição forte o suficiente para que esses jovens e crianças e suas famílias percebam nela uma perspectiva de futuro. Porque é isso que é a escola: ‘uma perspectiva de futuro’, ainda que a sociedade não consiga ver isso num primeiro momento, pois vive um dia de cada vez”.

Realidade perversa – Lúcia Regina Possobom Martins é formada em Pedagogia e há 27 anos trabalha em escolas públicas de Porto Alegre. Desde o final de 2013, divide a tarefa de direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Martim Aranha com uma equipe diretiva composta pelo vice, a secretária, os coordenadores e supervisores. Atuando nos três turnos, a escola atende 756 alunos, sendo que, à noite, Lúcia não responde pelo cargo de diretora, mas pelo de coordenadora da Educação de Jovens Adultos (EJA). Ao comentar os desafios impostos pela função, ressaltou: “A rede é boa, com pessoas capacitadas, mas talvez o que nos pegue é precisar lidar com uma realidade tão perversa. Essa é uma zona de conflito de facções”.

A Martim Aranha fica na chamada Grande Cruzeiro, região que reúne várias vilas, como a Pedreira, a da Formiga e a Ecológica, todas atendidas pela escola de Lúcia. Como há uma disputa de poder em questões de tráfico e de comércio de drogas, “às vezes, o meu estudante acaba não podendo chegar à escola”, ilustra a professora. Situação que vem se agravando nos últimos anos.

Em 2012, a escola possuía bem mais alunos e professores – eram 1.200 e 95, respectivamente. Hoje esses números caem para os 756 já mencionados e 51 professores.

Antes de assumir a direção, Lúcia trabalhava na secretaria da escola, além da regência de turma. Nessa atividade fez questão de responsabilizar-se pelo Bolsa Família por considerar muito importante o programa. Por conseguinte, pode acompanhar a frequência de cada um dentro da escola. Recentemente, ao constatar que um garoto estava com problema de faltas, resolveu chamar a mãe do aluno. “Eu não consigo fazer ele vir pra escola. Ele não consegue acordar cedo, tá envolvido com gente do tráfico”, contou a senhora.

Gabriel é aluno da turma C20, que corresponde ao oitavo ano do ensino fundamental, e tem 13 anos de idade. “Olha, falei com a tua mãe e ela disse que não consegue te fazer vir à escola, e que estás envolvido... Agora quero saber de ti.” Foi o suficiente para o menino contar tudo o que estava vivendo e, à medida que iam conversando, Gabriel começou a chorar. “Em vez de estar preocupado com a gestão da escola, o MEC devia estar preocupado com uma escola de pais, porque tu só podes dar o que tu tens, e esse pai não tem muito a oferecer. Ele também não teve educação e não consegue gerenciar a vida do filho”, relata a professora. Depois da conversa com a diretora, Gabriel retomou as aulas e, quando chega, passa pela direção, avisando: “Tô aqui, professora”. Lúcia conclui: “Esse olhar que a mãe não conseguiu dar, às vezes, a gente consegue”.

Durante a entrevista, a conversa é interrompida muitas vezes, ainda que a porta da sala de professores, onde a equipe do JU conversa com a diretora, esteja fechada. São alunos

pequenos que vêm ou pedir uma tarefa para fazer, ou perguntar como tirar a mancha das mãos, e batem à porta porque estão no intervalo entre um período e outro. “É que eu sei da sala de aula no ano passado. Eu era professora dos pequenos, por isso eles me têm como referência. E os grandes já foram meus alunos. Então eles têm essa liberdade.”

Questão de valores – “Escola para pais?”, repete a coordenadora-geral de redes públicas da Secretaria de Educação Básica do MEC, Evilen Campos, refletindo sobre a sugestão de Lúcia: “Isso requer perfil. Ou você tem valores ou você não tem”, diz, referindo-se à diretora. “Na escola de gestores trabalhamos o diretor como um articulador do processo, pois a função diretiva requer isso. Se é nato ou não, não vem ao caso”, conclui.

Como exemplo, a coordenadora cita o caso de um secretário municipal de Educação de Sergipe que foi procurado pela diretora de uma escola de beira de estrada, onde é comum as meninas ainda pequenas serem prostituídas pelos próprios pais. Essa professora trazia o desenho de uma de suas alunas no qual havia somente cenas sexuais. Furiosa, propunha expulsar a menina da escola. Tentando contrapor a indignação da diretora, para que ela percebesse que o fenômeno cultural não poderia resultar na penalização da criança, o secretário comentou: “Gostei do traço dessa garota, ela desenha superbem”. A diretora voltou para a escola, estimulou a menina a desenvolver sua habilidade artística. “Depois que a garota venceu um concurso de desenho, passou a ter outros projetos na vida”, relatou o secretário a Evilen. “Existe toda uma complexidade no chão da escola de que não temos noção”, resume a coordenadora do MEC.

Trabalhador em desvantagem

Terceirização Médico especialista condena a precarização das relações de trabalho no Brasil

No fim de abril, o Conselho Universitário posicionou-se contra o Projeto de Lei 4.330/2004. Entre outros pontos, a proposta prevê que as empresas terceirizem qualquer setor, o que, segundo o Consun, “expressa a ampliação da precarização das relações de trabalho e um retrocesso dos direitos trabalhistas”.

No que diz respeito à saúde do trabalhador, Álvaro Roberto Crespo Merlo, médico especialista no assunto, tem visto grandes mudanças desde a sua formação. Durante sua graduação, nos anos 70, sequer estudou as chamadas Lesões por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT), devido à baixa ocorrência de casos na época. Já em 1988, quando criou o Ambulatório de Doenças do Trabalho do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, as LER/DORT eram as principais causas de consultas naquele setor. Ultimamente, tem chamado a atenção de Álvaro a crescente de-

manda relacionada à saúde mental dos trabalhadores, ocasionada pela precarização das condições e relações de trabalho nas empresas.

Professor da Faculdade de Medicina da UFRGS desde 1985, Álvaro ajudou a instituir o curso de especialização em Medicina do Trabalho. No ano passado, foi um dos organizadores do livro *Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos do trabalho*.

Para ele, a origem desses problemas psíquicos está nos anos 80, quando a globalização do neoliberalismo e a expansão do capitalismo financeiro distanciaram ainda mais os acionistas dos meios de produção e do trabalhador. Fundos especulativos injetam bilhões de dólares em empresas, retirando os lucros poucos anos depois. Nessa realidade, a terceirização aparece como uma forma de distanciamento da empresa em relação ao trabalhador, o que resulta na degradação das relações de trabalho.

Uma das principais argumentações contra o projeto é que são muito comuns acidentes e doenças relacionados aos contratos de terceirizados. Por quê?

Os trabalhadores necessitam passar pelo serviço de medicina do trabalho. Precisam fazer exame admissional, periódico e demissional. O problema é que o terceirizado fica pouco tempo em cada lugar: atua um ano na limpeza, depois vai pra cozinha, é deslocado para outra companhia e segue pulando de empresa em empresa. Conseguir acompanhar a saúde do trabalhador nessas condições é impossível. Esse é o primeiro aspecto.

Além disso, temos de lembrar que metade da população economicamente ativa do Brasil não tem carteira de trabalho. Então, a terceirização já vem num contexto de precarização dos empregos. É diferente da Europa, dos Estados Unidos, do Japão... Aqui o mundo já é terceirizado.

A precarização do trabalho teria relação com os setores que são tradicionalmente terceirizados?

As condições dos terceirizados são piores: as pessoas têm menos regras, não têm equipamento de proteção e são colocadas nos serviços mais cansativos. Por que as mulheres são mais atingidas por LER-DORT? Não é porque têm músculos diferentes dos homens, mas porque são contratadas para os piores postos, os mais repetitivos, intensos, detalhistas, monótonos... Fora as tarefas pesadas, tudo o que é trabalho ruim vai para as mulheres.

Isso acontece com os terceirizados também. Tudo que é trabalho ruim vai para eles! Um exemplo: em uma grande empresa de calçados de Gravataí não há intoxicação por solvente. Isso porque toda a parte de colagem é feita nas casas dos terceirizados e, só depois que o calçado está seco, ele retorna à linha de produção. Então, colocaram para fora da fábrica a intoxicação! Os setores terceirizados fazem os trabalhos sujos. Outro caso: o Polo Petroquímico recebe a nafta [derivada do petróleo] da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) por tubulação. Ela entra na empresa-mãe, responsável por produzir produtos químicos que outros fabricantes utilizam, como o plástico. O Polo faz uma parada anual para a limpeza dos encanamentos, mas quem limpa são funcionários terceirizados. Eles são contratados por um mês e depois somem. Como se acompanha a saúde deles? Produtos químicos são responsáveis por cânceres, entretando o cidadão vai desenvolver a doença depois de 20 anos. Não tem como associá-la a uma tarefa específica porque ele já fez muitas coisas ao longo da vida.

Além de acidentes, lesões e intoxicações, a precarização do trabalho também está relacionada a problemas psicológicos. Como isso ocorre?

Existe uma coisa central na saúde mental no trabalho que é o reconhecimento. Preciso que meu trabalho seja reconhecido pela qualidade do que eu faço. Pequenos elogios fazem a pessoa sair melhor do que entrou. Trabalho não é só transformar o mundo, mas também transformar a si mesmo. Hoje, o grande produto desses novos métodos de gerenciamento são as chamadas doenças da solidão. As pessoas são colocadas em competição umas com as outras. No banco, por exemplo, o colega de trabalho não é colega, mas competidor, alguém que pode pegar o cargo seguinte. Se a pessoa tem uma meta para atingir que vai até o último dia do mês, no mês seguinte essa meta zerou e começa tudo de novo, e ela tem de se virar sozinha. O que aconteceu na França e aqui já está ocorrendo também é o crescimento do número de suicídios no local de trabalho. Além dos novos modelos de gestão, a gente tem junto a terceirização, em que as pessoas não são vistas como seres humanos. Mas elas precisam, para construir

sua saúde mental, constituir a sua identidade, necessitam que lhes digam que são seres humanos, que têm nome e sobrenome, e que seu trabalho é legal. É dessa forma que se constrói a saúde mental um dia após o outro. O trabalhador precisa do olhar do outro, porém no terceirizado isso é muito difícil de acontecer. O trabalho dele é precarizado, com salário mais baixo, e as pessoas nem sabem o seu nome. Isso não caiu do céu, não é obra da natureza! É um processo criado a partir de uma intervenção do setor financeiro no final dos anos 80, que no Brasil iniciou a partir do Plano Real. Agora, para resolver a crise financeira, propõem retirar as contrapartidas, os direitos dos trabalhadores.

Qual a importância dos sindicatos e coletivos de trabalhadores nessa questão?

Essa situação da patologia da solidão é um exemplo de como as pessoas estão tendo de se virar sozinhas. Se o trabalhador tem um processo de assédio moral ou de violência psicológica que não se dá pela empresa, mas pela individualidade do chefe que o destrata, ele não tem onde se socorrer. Depois que as pessoas adoecem e se afastam, o máximo que fazem é ir ao sindicato para falar com o advogado, a fim de entrar com um processo na justiça requerendo uma indenização. Mas quando isso acontece tu já perdeste, já houve o dano.

Quanto às esferas pública e privada, que diferenças há na terceirização?

O funcionário público deveria ter aposentadoria integral, porque abre mão de sair pelo mundo a ganhar dinheiro. Também tem de estar protegido das instabilidades da política, e isso vale em qualquer lugar do mundo. No Brasil, o setor público já se aproximou muito do privado. Desde 2004, temos contratos de trabalho sem aposentadoria integral e a terceirização já foi autorizada no setor público há muito tempo, tendo se tornado regra na nossa “empresa” [a UFRGS], no caso dos serviços de limpeza e de segurança. A gente passa por aquelas moças e vê que as pessoas não dirigem a palavra a elas.

Em relação a quem já é terceirizado hoje, o PL 4.330 pode melhorar as condições do trabalhador?

Do ponto de vista da saúde mental, a terceirização tem de acabar. Esta é a minha opinião e a de quem trabalha na área. A terceirização é algo que não tem conserto. Hoje, o cara que adocece vai ser despedido no mês que vem, no outro mês ou no próximo ano. Então, se houver uma legislação que proteja as pessoas, seria positivo. Mas não é esse o propósito daqueles que criaram este projeto de lei. Eles até podem ser pegos de surpresa – e aí seria um tiro no pé –, mas não é esta a intenção.

Antônio Assis Brasil, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

FLÁVIO DUTRA/JU

Álvaro Merlo argumenta que, entre outros danos, a terceirização causa problemas também à saúde do trabalhador





STÄDTISCHE MUSEEN FREIBURG



Hendrik Whitbooi (ao centro), um dos líderes da revolta de 1903 dos povos Nama contra os colonizadores alemães, motivada por questões de acesso à terra na Namíbia

Namíbia, 1904: a semente do holocausto

José Rivair Macedo*

Há uma frase proverbial da África do Oeste que diz: “A árvore gigante nasce de um grão”. Costuma ser evocada para exprimir a ideia de que um futuro grandioso está anunciado em sua origem, em outras palavras, que o futuro se liga umbilicalmente ao passado. Diríamos que tal assertiva mostra-se verdadeira também para a explicação das grandes catástrofes, como a que ocorreu no Sudoeste da África, na primeira década do século XX, e na Europa sob o domínio nazista, algumas décadas depois, mundialmente conhecida por Holocausto.

Como se sabe, a participação da Alemanha na partilha e colonização da África foi limitada e efêmera. As pretensões expansionistas do Estado então recém-unificado levaram a que as negociações entre as metrópoles europeias transcorressem em Berlim durante os anos 1884-1885, e que, na “cartografia imperial” ali delineada, tanto a Bélgica do rei Leopoldo II (1835-1909) quanto a Alemanha de Otto Von Bismarck (1862-1890) amealhassem partes do continente africano – embora os principais beneficiados na partilha continuassem a ser a Inglaterra e a França. Além dos territórios das atuais repúblicas do Togo e dos Camarões, coube aos germânicos o direito, à revelia dos africanos, de exercer o protetorado em áreas da África Oriental (Zanzibar, Burundi e Ruanda) e no extenso litoral atlântico, situado a sudoeste do continente, onde se encontra a República da Namíbia, que entre 1884-1915 recebeu na Europa a denominação de *Deutsch Sud-West Afrika* (África Alemã do Sudoeste).

Os alemães mantiveram temporariamente relações com as populações locais, que eram de variada procedência e pertencimento étnico, vinculadas em geral ao extenso grupo linguístico de matriz banto: Khoisans (bosquímanos), Ovambos, Okavango, Kaokovelders, Damaras, Hereros e Namas, entre outros. Tais relações não foram tranquilas, pois a interferência estrangeira afetou o seu estilo de vida tradicional, e alguns grupos reagiram militarmente. Foi o que aconteceu em 1903, quando, devido a questões relacionadas ao acesso à terra, eclodiu uma revolta entre os povos Namas, conduzidos por Hendrick Whitbooi (1830-1905), que logo se espalhou entre os Hereros sob a liderança de

Samuel Maherero (1856-1923). Centenas de fazendeiros alemães foram mortos e algumas comunidades povoadas pelos colonizadores, entre as quais Okahandja, acabaram cercadas e atacadas.

Com a multiplicação de ataques e a execução de agentes do colonialismo, medidas foram tomadas pelo *kaiser* Guilherme II (1859-1941) para pôr cobro aos levantes. Seu governo designou um representante do alto comando militar para organizar a repressão: um líder cuja frieza e crueldade dariam outra dimensão ao conflito. Muito melhor aparelhadas que os “nativos”, as tropas do comandante Adrien Dietrich Lothar Von Trotha (1848-1920) derrotaram os Hereros em 11 de agosto de 1904 na batalha de Hamakari, em Waterberg, após incessantes bombardeios lançados sobre os revoltosos.

O processo de ocupação e conquista político-militar e as reações daí decorrentes não constituíram eventos particulares da Namíbia, mas vincularam-se em toda parte à marcha de instalação do sistema colonial europeu na África. Em outras áreas de ocupação estrangeira, repetiram-se conflitos mais ou menos sangrentos, sob o comando de lideranças que, no período das independências africanas, décadas mais tarde, seriam alçadas à posição de heróis nacionais – como Samori Touré (1830-1900), na Guiné Francesa, Lat Dior (1842-1886), no Senegal, e Menelik II (1844-1913), na Etiópia.

O desfecho do conflito no Sudoeste africano impressionou, todavia, pelo grau de violência dos vencedores e pelas mostras evidentes de desprezo pelos vencidos. Lothar Von Trotha não fez qualquer esforço para ocultar suas reais intenções, tornando-as públicas na imprensa, chegando mesmo a assinar uma carta aberta endereçada aos Hereros, à qual mandou dar ampla divulgação, em que a guerra sem quartel e o extermínio são anunciados. O documento original encontra-se preservado no Arquivo Nacional da Namíbia, e nele se pode ler o que segue:

Eu, o grande general dos soldados alemães, envio esta carta aos Herero. Os Hereros não são mais súditos da Alemanha... A nação Herero deve deixar o país. Caso se recusem, eu os forcarei a isso com o canhão. Qualquer herero encontrado

dentro das fronteiras alemãs, com ou sem armas ou gado, será executado. Não aceitarei mais nem mesmo mulheres nem crianças. São estas minhas palavras ao povo Herero.

Tais palavras estavam em conformidade com os atos. Perseguidos e encurralados no grande deserto de Ohmeke (Kalahari), isolados, os Hereros foram levados à inanição, mortos ao consumir água envenenada nos poços ou abatidos quando tentavam furar o cerco que lhes foi imposto. Segundo estimativas, em todo o período da ocupação alemã, entre 75% e 85% da população herero, calculada entre 60 e 80 mil pessoas, foi exterminada, o mesmo tendo ocorrido com os cerca de 10 mil indivíduos de ambos os sexos pertencentes ao grupo Nama. Em torno de 2 mil sobreviventes, inclusive Samuel Maherero, encontraram refúgio em territórios de Botswana.

Após o que ficou conhecido como “Massacre de Ohmeke”, que pode ser considerado o primeiro genocídio do século XX, a sorte das populações remanescentes não melhorou. Elas foram mantidas sob uma constante vigilância, com limitada capacidade de circulação em territórios administrados pelos alemães. Mulheres, velhos e crianças acabaram os dias em campos de trabalho forçado, denominados “campos de concentração” (*konzentrationslager*) nas cidades de Karibib, Swakopmund, Okahandja, Windhoek e na ilha de Shark, nas proximidades de Luderitz. Avalia-se que 14 mil pessoas tenham sido mantidas nessa condição, aí encontrando a morte. É por isso que, desde 2001, lideranças namibianas reivindicam em tribunais internacionais um pedido de desculpas formal da Alemanha e a reparação pelo genocídio.

De fato, segregação e extermínio marcaram as atitudes dos conquistadores, que eram orientados por um sentimento de superioridade racial. Vistos como “selvagens”, “naturalmente inferiores”, os “nativos” foram expostos a diversas formas de discriminação: cadáveres de Hereros e Namas foram empregados como evidências de análise em estudos de craniometria e eugenia. Só muito recentemente, alguns órgãos da Universidade de Medicina de Berlim e de Freiburg tomaram a iniciativa de devolver crânios,

esqueletos e outros despojos humanos ali mantidos para estudo.

A Namíbia tornou-se espaço privilegiado para as pesquisas de campo de cientistas adeptos das doutrinas científicas que pressupunham a superioridade branca, interessados em estudar os meios para a preservação da integridade das raças superiores. Está bem demonstrado o alcance dos estudos em biologia feitos pelo médico e antropólogo alemão Eugen Fischer (1874-1967) sobre os povos mestiços, resultantes da miscigenação entre europeus e populações africanas, publicados em 1913 no livro intitulado *Die reboter bastards und bastardieungsproblem beim Menschen* (Os bastardos de Rehobot e o problema da miscigenação dos seres humanos). Tal obra foi baseada em observações feitas *in locu* num pequeno povoado situado ao norte da Namíbia. Alguns anos mais tarde, este mesmo pesquisador ingressaria no Partido Nacional-Socialista, vindo a ser responsável por políticas eugenistas desenvolvidas na Universidade de Berlim, e teria entre seus alunos o médico Joseph Mengele.

Aqui está, em germe, uma antecipação das práticas de segregação e extermínio coletivo que atingiriam proporções inimagináveis três décadas mais tarde, durante o período nazista, e levariam ao aniquilamento em massa dos judeus. Nesse ponto, a colonização do sudoeste da África funcionou como um balão de ensaio em que alemães dariam início a experiências que se consolidariam no regime totalitário posterior. Foi por isso que, logo depois da Segunda Guerra Mundial, no *Discurso sobre o colonialismo*, um dos documentos mais contundentes já escritos contra a opressão colonial, o martiniquense Aimé Césaire (1913-2008) denunciou com rara eloquência a cumplicidade com Hitler não apenas das autoridades europeias, mas da pequena burguesia, do cidadão comum, argumentando que a barbárie do hitlerismo consistiu simplesmente em levar para o seio da Europa aquilo que já se praticava há muito em outros lugares.

* Professor do Departamento de História e do PPG em História; coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos e coordenador da Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos do ILEA/UFRGS



A descoberta da natureza nos anos iniciais

Russel Teresinha Dutra da Rosa*

No Brasil, a formação docente para atuar nos anos iniciais da escolarização iniciou no final do século XIX em escolas normais de nível secundário. Somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.º 9.394), ficou determinado que essa formação deveria ocorrer em nível superior. Em consequência, o número de cursos de Pedagogia cresceu 94% entre os anos de 2001 e 2006. Todavia, a proporção de matrículas não acompanhou esse aumento de oferta, crescendo apenas 37%. Nesse contexto, a qualificação profissional prevista pela LDBEN de 1996 foi revista pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2008, por meio da Resolução n.º 1 e, no ano seguinte, pela Lei n.º 2.014 – regulamentação que retrocede em exigências quanto à formação inicial, reinstaurando a possibilidade de os professores dos anos iniciais continuarem recebendo instrução em curso Normal de nível médio.

A graduação em Pedagogia, regulamentada a partir de 1932, visava à formação de bacharéis para atuarem em cursos de mestrado de nível médio e como especialistas – supervisores e orientadores educacionais – em escolas e secretarias da rede de educação básica. Somente em 1986, o Conselho Federal de Educação autorizou as instituições de ensino superior a constituírem currículos de cursos de Pedagogia para a formação de professores aptos a lecionarem em turmas de primeira a quarta séries. Vinte anos mais tarde, o Conselho Pleno do CNE propôs a Resolução n.º 1, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Licenciatura em Pedagogia, reafirmando a atuação docente nos anos iniciais e na educação infantil do ensino fundamental, a participação na organização e na gestão de sistemas de ensino, e também a atuação em curso Normal de nível médio, legitimando indiretamente a manutenção de

uma formação profissional nesse patamar de ensino. Essa medida parece corresponder à representação do ofício de professor nos anos iniciais como atividade feminina, extensiva às funções maternas e domésticas.

Com respeito especificamente ao ensino de ciências, ao se examinarem os currículos das graduações em Pedagogia de universidades brasileiras, observa-se que a carga-horária de disciplinas para essa área vai de aproximadamente 75 a 120 horas, de um total de 3.200 horas de curso. A maioria dos estudantes é oriunda de escolas da rede pública, havendo lacunas em seus conhecimentos básicos, sendo que apenas 7,5% dos currículos dos cursos são dedicados aos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento, a serem ensinados nos anos iniciais. A abordagem desses conteúdos, geralmente, aparece associada ao estudo de suas metodologias, o que é desejável. Todavia, devido à pequena carga horária disponível, esse tratamento costuma ser superficial. Assim, os professores dos anos iniciais do ensino fundamental precisam desenvolver estudos no campo das Ciências da Natureza com autonomia e receber apoio institucional para a participação em programas de formação continuada.

Ao pensar o ensino das Ciências da Natureza nos anos iniciais para estudantes dos seis aos dez anos, é preciso considerar que o próprio corpo e o nome são as primeiras referências das crianças para entrarem em contato com novos conhecimentos. Os estudos, portanto, podem ter início pelo desenho do corpo e pela pesquisa sobre as transformações ocorridas ao longo do tempo de vida de cada um, por meio de fotografias, roupas que deixaram de servir, medidas ao nascer e atuais, bem como pelo levantamento de hipóteses acerca de órgãos internos e suas funções. Nessa viagem pelas histórias pessoais também podem ser construídas linhas de tempo com a participação de familiares que ajudem a fornecer informações sobre

a história da escolha do nome de cada um. Tal proposta requer a consideração da diversidade étnico-racial, o que pode ser feito pelo contato com narrativas literárias capazes de desconstruir perspectivas excludentes. Assim, as fontes de estudo podem ser obras como *O Joelho Juvenal*, de Ziraldo, *O segredo das tranças e outras histórias africanas*, de Rogério Andrade Barbosa, *Lendas e causas da Caipora*, de Flávio de Souza, bem como artigos publicados na revista de divulgação *Ciência Hoje das Crianças*.

As crianças interessam-se pelo que está próximo. Mas isso não significa que elas precisem e queiram ficar restritas ao que existe em sua casa, escola, rua ou bairro. Essa proximidade abrange o personagem do programa de TV favorito ou do jogo de computador. Mas, sobretudo, pode se tornar próxima uma novidade apresentada com encantamento pela professora, mediante o emprego de jogos de faz de conta. A curiosidade infantil precisa ser instigada por fantasias, objetos, brinquedos, pela construção e reconstrução do próprio corpo, com figurinos e adereços para personagens, e pelo rearranjo do ambiente da sala de aula, transformado em cenário para histórias. E também mediante a exploração do pátio e de visitas a espaços culturais, como museus. No Museu de Paleontologia da UFRGS, por exemplo, é possível entrar em contato com vestígios de plantas e de animais pré-históricos que habitaram o Rio Grande do Sul há milhões de anos. Tais conhecimentos podem ser aproximados do interesse das crianças com o uso de filmes de animação, de histórias em quadrinhos ou de pesquisas na internet.

A motivação para aprender ciências está associada ao movimento, ao que está escondido, ao que tem mistério, ao que parece mágico e precisa ser decifrado, desafiando a imaginação. Entrar em contato com fenômenos físicos e biológicos passa por observar, tocar, transformar. As ciências dos primeiros

anos de escolarização podem ser exploradas pelas crianças na cozinha, experimentando, aquecendo, misturando e congelando alimentos para verificar mudanças de cor, textura e consistência, acrescentando o incentivo a saborear comida não industrializada. Tais experimentos requerem a realização de previsões, o registro dos procedimentos concretos, conforme um roteiro, e a reflexão sobre o realizado e os seus resultados.

Ciência se aprende com os outros, sendo possível coletar informações sobre diferentes épocas e práticas por meio de entrevistas com pessoas mais velhas, visando descobrir: as transformações ambientais do bairro e da cidade; a forma como eram conservados os alimentos quando as pessoas não tinham geladeira em casa; como eram as embalagens; quais as brincadeiras antigas feitas à noite à luz de velas; como era feita a observação de estrelas e de vaga-lumes quando a cidade ainda não era iluminada; como era a comunicação quando os telefones eram raros; etc.

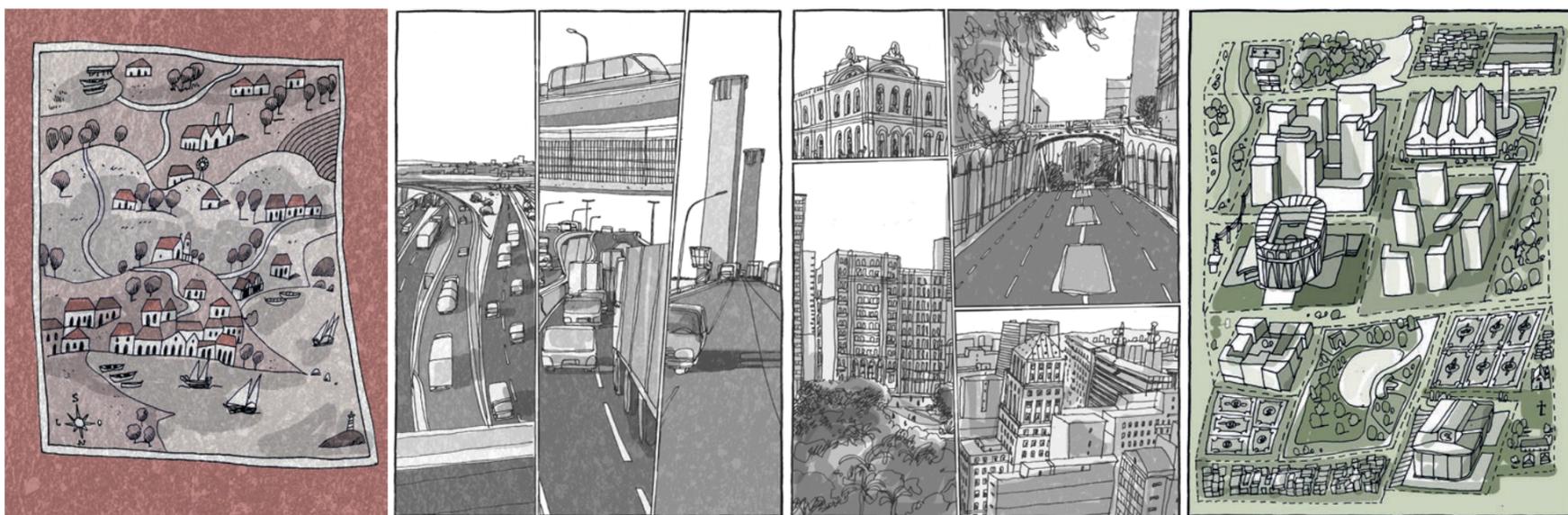
O registro das observações e das realizações pode ser feito com o emprego de desenhos e de estratégias próprias ao processo de aquisição das capacidades de leitura e de escrita. Também é possível associar ilustrações e palavras ou textos curtos em sequências pela criação de histórias em quadrinhos e tirinhas, buscando fixar a sequência de eventos de uma vivência, além de representações por meio de modelagem em argila e massinha de modelar ou por maquete feita de sucata.

Em síntese, o Ensino de Ciências nos primeiros anos da escolarização atravessa fronteiras disciplinares e se apoia no trabalho desenvolvido para a aquisição das habilidades de leitura e escrita, bem como na arte e no movimento. Mas e o trabalho com jovens e adultos nos anos iniciais? Essa é outra história, que requer outro espaço.

*Professora do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação/UFRGS



Alunos do ensino fundamental na Escola Estadual Anne Frank durante aula experimental de Ciências idealizada por estudantes de Pós-graduação em Bioquímica da UFRGS



A publicação traz ilustrações sobre diferentes ambientes presentes nas grandes cidades, com destaque para alguns cenários característicos de Porto Alegre

Ensinando a se ver na metrópole

Geografia
Livro reúne textos e exercícios para uso em sala de aula

Ânia Chala

Partindo da constatação de que muitos dos textos e exercícios sobre Geografia Urbana propostos para alunos e professores são pensados por autores e para alunos residentes nas metrópoles nacionais, um grupo de estudantes que fazia estágio docente no Colégio de Aplicação sentiu-se desafiado a elaborar uma publicação capaz de suprir essa deficiência. O ano era 2008 e, a partir dali, teve início uma jornada que duraria seis anos até a conclusão de *Territórios e lugares da Região Metropolitana de Porto Alegre*, livro que será

lançado às 19h do dia 2 de julho na Usina do Gasômetro.

A obra, cuja edição online já pode ser acessada pelo link <http://bit.ly/1FMSoqg>, é resultado do esforço coletivo de 30 autores e contou com o suporte dos programas de pesquisa e apoio à docência do Colégio de Aplicação, do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS.

Adriana Dorfman, professora do Departamento de Geografia da UFRGS e organizadora da obra, lembra que, enquanto cursava o doutorado e lecionava no Aplicação, percebeu as diferenças entre a linguagem acadêmica e a linguagem que precisava usar em sala de aula. “Frequentemente, me via em meio a um tremendo exercício na hora de escrever minha tese, enquanto na sala de aula precisava ser mais afirmativa”, relata. Conforme a docente, embora se produza muito na sala de aula

de colégio, pouco dessa produção é registrada, pois o professor está sempre “apagando um incêndio”, o que resulta em muito retrabalho. “Em contraposição, no âmbito do ensino superior, existe uma série de condicionantes que te leva a registrar e resulta em recompensas bem claras, como as progressões e a produção intelectual”, explica.

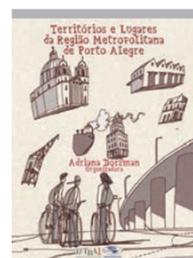
Professor como autor – Um dos exercícios clássicos em Geografia é fazer o aluno “posicionar-se”, isto é, saber os pontos cardeais, onde fica a sua rua, o seu bairro, enfim, situar-se em um contexto de representação do espaço. No entanto, hoje também se pretende que o estudante tenha uma posição política, isto é, seja capaz de entender-se dentro de um conjunto social. O livro traz textos de apoio, referências e muitos exercícios cartográficos, mas não está focado apenas no ensino médio.

Na visão de Adriana, a ideia

de que o professor é também um autor foi muito importante para a concepção da obra. Por conta disso, as primeiras 40 páginas da publicação tratam justamente das experiências de graduandos em Geografia no desenvolvimento de atividades para o entendimento do que é a Região Metropolitana. “Primeiro, usamos materiais já testados em sala de aula, depois, expandimos o temário e, num terceiro momento, fomos procurar a professora Neiva Schäffer, que sugeriu que incluíssemos uma parte chamada desafios metropolitanos, que lida com o que denominamos temas emergentes,

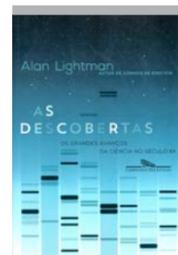
como a violência e as questões ambientais”, descreve.

Para Adriana, o trabalho do aluno precisa ser valorizado: “Como experiência de aprendizagem, acreditamos que aquilo que o estudante faz tem mais sentido do que aquilo que lhe é simplesmente transmitido. Por isso, nosso próximo passo será procurar a Secretaria de Ensino a Distância (SEAD) para desenvolver algumas aulas a fim de auxiliar na resolução de exercícios cartográficos e com isso também promover a formação de professores. Queremos criar envolvimento”, assevera.



Territórios e lugares da Região Metropolitana de Porto Alegre

Adriana Dorfman (org.)
Porto Alegre: Letra1 / Instituto de Geociências - UFRGS, 2015
156 páginas
Distribuição gratuita



As descobertas: os grandes avanços da ciência no século XX

Alan Lightman | São Paulo: Companhia das Letras, 2015
416 páginas | R\$48 (preço médio)

Para amar a ciência

Por mais sofridas que alguém considere as aulas de Física, Química e Biologia, algo é impossível de negar: a ciência é fascinante. Sua “mágica” é atrativa justamente pelo fato de não pertencer ao mundo da magia, mas ao da realidade. É a verdade explicitada por teorias comprovadas, desvendando o infinito do universo e a menor partícula. O físico Alan Lightman expõe de forma simples e interessante 22 inovações da ciência no século XX por meio de seus artigos originais. A obra apresenta o processo de “descoberto” e de comprovação dessas conquistas, e narra também as vidas dos cientistas, muitas delas dignas de romances. Entender a luz do corpo negro e sua relação com o descoberto do quantum logo no primeiro capítulo nos mostra que, mesmo sem compreender todo o processo científico e suas minúcias, podemos apreciá-lo como um todo. Dispostas de forma cronológica, várias das inovações destacadas se relacionam, assim como os cientistas retratados. A ligação entre a ciência e os conflitos bélicos – em especial a Segunda

Guerra Mundial – é constante. Enquanto o físico Werner Heisenberg chegou a trabalhar no projeto de uma bomba atômica para o Eixo, Linus Pauling transformou-se em um grande pacifista. Em 1962, ele conquistaria o Nobel da Paz, tornando-se o único a receber essa distinção em duas categorias: por sua contribuição à ciência e pela busca da paz. Temos a tendência de separar ciência e filosofia como coisas antagônicas: uma procura respostas, a outra, perguntas. Os textos do livro nos permitem perceber que ambas estão intensamente conectadas. A teoria da relatividade, de Einstein, e o princípio da incerteza, de Heisenberg, por exemplo, demonstram que a apreensão da realidade pelos humanos é sempre condicional e imperfeita. Reflexões como esta tornam a publicação atraente para um público bem mais amplo do que os amantes da ciência, permitindo ver nas descobertas e na vida dos cientistas algo muito maior que fórmulas e sistemas: a imensa complexidade do mundo, impressionante em cada detalhe. (Iami Gerbase)



Introdução aos estudos literários

Erich Auerbach | São Paulo: Cosac Naify, 2015
448 páginas | R\$ 60 (preço médio)

Escritos do exílio

A obra de alguns pensadores é influenciada pelo contexto histórico e social ou por detalhes biográficos, curiosamente mesmo quando o tema desta é algo muito específico. O livro do alemão Erich Auerbach, publicado originalmente em 1944 e agora reeditado pela primeira vez no Brasil, figura neste grupo. Pensado como uma apresentação da literatura ocidental, em especial a das línguas latinas, aos seus alunos durante exílio forçado na Turquia, o foco recai nas questões filológicas e nos escritos literários do século XVII e XVIII, mas é flagrante sua conexão com a realidade dos anos hitleristas. Auerbach, judeu vindo de uma família prussiana abastada, resistiu o quanto pôde em sair de sua terra natal. Em 1936, com as Leis de Nuremberg, tratado que institucionalizava a perseguição religiosa, o professor se viu obrigado a fixar residência em Istambul. Durante os onze anos em que morou lá, encontrou um grupo de intelectuais, participando das reformas que modernizaram a Turquia. Nesse contexto, seu trabalho floresceu. É dessa época sua

obra-prima *Mimesis*, que se propõe a estudar a história da representação na literatura a partir de dois textos inaugurais: a *Odisseia*, de Homero, e a *Bíblia*. Neste lançamento, o ensejo por propiciar o encontro entre culturas e textos diferentes também está presente. Ao apresentar um quadro geral das línguas e literaturas ocidentais aos jovens alunos turcos, o intelectual propõe uma ideia de conhecimento que é a antítese da ideologia discriminatória dos anos nazistas em sua terra natal. Por seu propósito acadêmico, o tom é sempre muito didático e simplificador. Uma crítica constante à obra do autor é justamente a definição um tanto arbitrária do que é ou não canônico. Entretanto, diante do intuito do livro, isto é, fazer um apanhado geral em linguagem simples e acessível, esse recorte faz sentido. Para além da função introdutória, fica um registro de uma análise órfã de pátria, e ainda assim otimista. Auerbach nega os tempos negros do nazismo, olhando para o passado como maneira de afirmar a esperança no futuro. (Igor Porto)



O caminho é pelo *indie*

Entretenimento Produtoras independentes ganham espaço e movimentam o mercado de games

O mercado brasileiro de jogos digitais parece estar entrando em uma nova etapa como indústria criativa. Lançado no último 12 de maio, o jogo *Toren*, desenvolvido pelo estúdio porto-alegrense Swordtales, surge como um marco nacional de produção independente com alto grau de complexidade, beleza estética e reconhecimento global. Repleto de simbologias e misticismo, o game apresenta a história de uma menina que, enquanto avança da infância para a idade adulta, deve solucionar enigmas e enfrentar um dragão ao passo que escala a torre, que dá nome ao jogo, em busca de sua liberdade.

Força nacional – Assim como o também recentemente lançado *Chroma Squad*, prestigiado jogo tático da produtora brasileira Behold, *Toren* aponta os games independentes – mais frequentemente nomeados *indies* – como um possível caminho a ser seguido para a produção de jogos no Brasil. Atualmente, esse setor da indústria brasileira tem mínima relevância internacional, com uma profusão de *advergames* (jogos publicitários encomendados por empresas) e games de baixa complexidade para dispositivos móveis. Tal cenário de pouca produtividade contrasta com o potencial de consumo do

país, que já é o quarto maior no mundo, conforme pesquisa do Instituto PWC reproduzida em relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Um dos motivos citados pela análise do Banco, dedicada a mapear a indústria brasileira e global de jogos digitais, seria a rejeição do público interno que, acostumado a consumir as milionárias produções norte-americanas e asiáticas, desvaloriza os jogos nacionais por considerá-los de baixa qualidade.

Contudo, essa é uma realidade que vem se modificando. Embora as diferenças orçamentárias permaneçam, a criação de diversos cursos de especialização em jogos digitais e os avanços tecnológicos recentes – que resultaram na popularização dos softwares de criação de games, por exemplo – propiciaram o surgimento de múltiplas produtoras independentes. Para o professor Fernando Marson, coordenador do curso de Jogos Digitais da Unisinos, os *indies* encontram seu espaço pela liberdade de criação que o modelo proporciona. “O jogo *indie* tem essa característica de pensar ‘fora da caixa’. Por não ter uma pressão tão forte de retorno financeiro, ele sempre apresenta alguma inovação em mecânica ou design. Essa é uma das maiores importâncias do *indie*”, avalia.

Em sua maioria, os estúdios *indies* são formados por desenvolvedores jovens que, com baixo orçamento, mas muitas referências e experiência de *gameplay*, tratam de projetar games com maior criatividade estética e narrativa. A estratégia dessas produtoras subverte a lógica da indústria e centraliza todo o processo de produção desde a concepção do jogo até a sua publicação. É o caso do estúdio Swordtales, responsável pelo *Toren*. A empresa foi fundada por quatro

amigos com diferentes formações: Alessandro Martinello (diretor criativo) e Vitor Leães (produtor) vêm do Design; já Luiz Alvarez (programador) e Conrado Testa (animador 3D) são graduados em Geografia e Ciência da Computação, respectivamente. Todos, porém, já haviam tido experiências com produção de games antes de se conhecerem na pós-graduação em Desenvolvimento de Jogos Digitais da PUCRS. *Toren* começou como um trabalho de conclusão da especialização e, após ser aprovado e bem avaliado, levou, em 2011, à criação do estúdio para dar continuidade ao game. “Logo que começamos com o projeto do jogo, surgiu essa vontade de criar um time produtor de *indies*. Era algo que estava em alta no exterior, mas que era quase inexistente no Brasil. Veio a calhar que esse projeto fosse o *Toren*, que teve essa boa recepção”, conta Alessandro, que também é um dos fundadores da Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais do Rio Grande do Sul (ADJogosRS), entidade que tem como finalidade fomentar o mercado de jogos no estado.

Lei Rouanet – Um dos principais ineditismos trazidos pelo *Toren* foi a forma de financiamento. Em 2013, depois de mais de um ano de trabalho e com os recursos esgotando, o Swordtales conseguiu que o jogo fosse o primeiro da história a ganhar o aval para captar recursos via Lei Rouanet. O grupo, porém, foi surpreendido com a repercussão negativa que a participação no programa do Ministério da Cultura teve em fóruns online. As críticas se direcionavam a um suposto repasse de verba do governo federal. Na opinião de Alessandro, isso se deve à desinformação e ao preconceito: “As pessoas acham que é simplesmente o

governo dando dinheiro, mas essa é uma premissa totalmente falsa. Na verdade, o projeto recebe um aval para buscar empresas privadas que, por acreditarem no trabalho, invistam nele em troca de isenção fiscal. É um tipo de financiamento bem comum no Canadá e em alguns países nórdicos, mas aqui no Brasil ainda há muito preconceito”. O desenvolvedor acredita que o financiamento por lei de incentivo fiscal pode ser uma boa forma de os *indies* conseguirem finalizar seus produtos, mas vê necessidade de melhoras nas diretrizes da norma. “É um bom caminho a seguir. Mas é preciso pensar uma reforma da legislação, já que, no caso dos games, a Lei Rouanet não abate 100% dos impostos da empresa patrocinadora [apenas 35% do valor investido pode ser deduzido]”, critica.

Brasil tem forte potencial de consumo, mas a indústria nacional ainda é subvalorizada

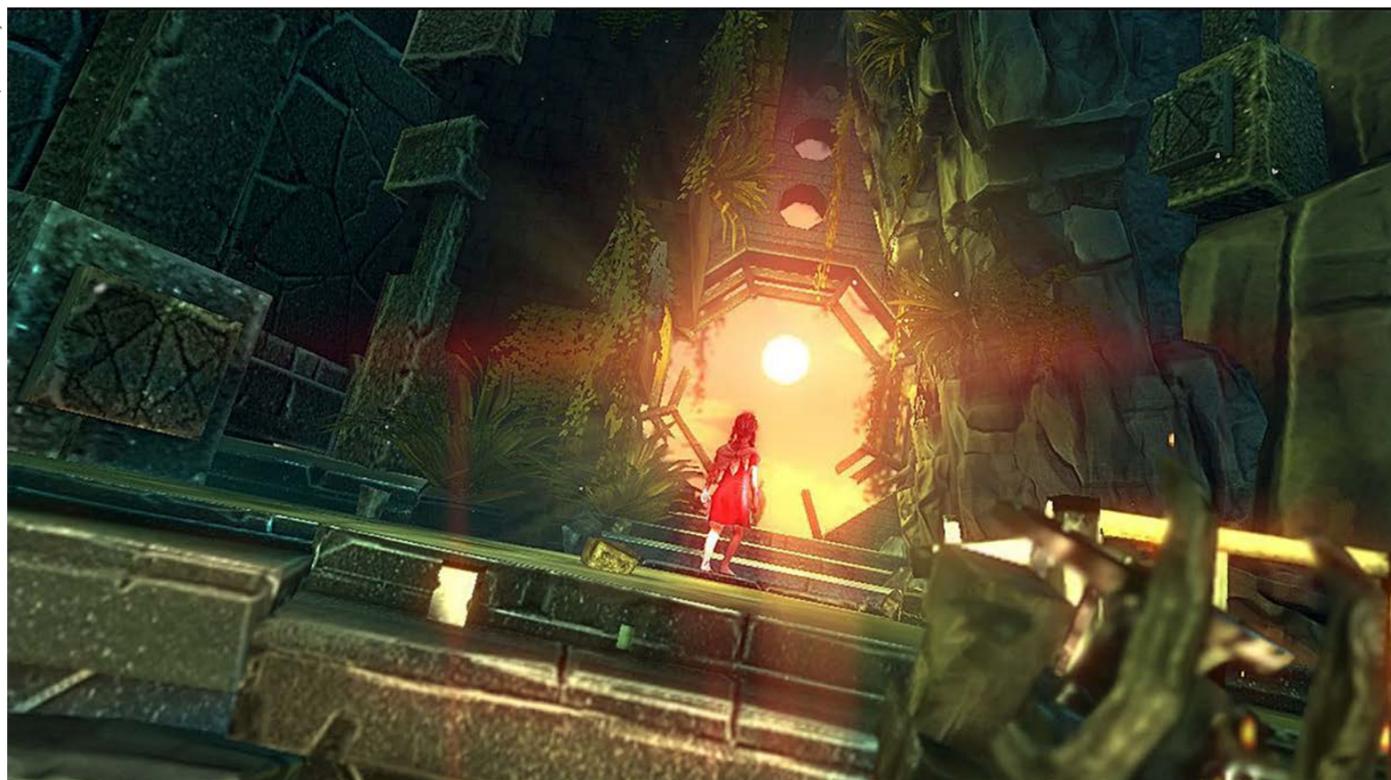
O departamento musical do estúdio foi uma das áreas mais beneficiadas pelos 370 mil reais captados. Composta por Vinicius Kleisorgen, de 22 anos, com músicas adicionais de Lucas Flicky, seu sócio na empresa Novastrike Soundscape, a trilha sonora de *Toren* tem sido, desde o lançamento dos primeiros trailers, um dos pontos mais destacados do jogo. O tema principal foi origi-

nalmente criado para o concurso Game Music Brasil, que elegeu a trilha de *Toren*. Curiosamente, a música de Vinicius não foi selecionada inicialmente, ficando com o segundo lugar na competição. “Mesmo sem ter ganhado, seguimos em contato com o pessoal da Swordtales e, cerca de um ano mais tarde, eles decidiram não utilizar a trilha vencedora do concurso e nos chamaram para compor”, recorda Vinicius. O dinheiro arrecadado via Rouanet foi fundamental para as pretensões dos músicos, que gravaram a trilha em Curitiba com uma orquestra de cordas composta por 25 músicos locais. “Como não é sempre que aparece uma oportunidade de mostrar o teu trabalho em um projeto do tamanho do *Toren*, considerávamos fundamental utilizar uma orquestra para a gravação da trilha”, afirma Lucas, acrescentando: “A Lei Rouanet foi o que nos possibilitou isso. Antes da aceitação do projeto, estávamos inclusive cogitando investir nosso próprio dinheiro para ter um produto final de qualidade”.

Mudança de visão – Outro aspecto importante da participação do game no programa do MinC é o tratamento de produto cultural dado a este. Curiosamente, na mesma época em que *Toren* foi aprovado na lei de incentivo, a então ministra da Cultura, Martha Suplicy, declarou que não considerava games cultura e que não iria incluir no Vale-Cultura, por exemplo.

Fernando Marson explica que isso vem de uma concepção conservadora, que sempre encarou os jogos como algo estritamente infantil: “É uma cultura que a gente herdou. Mesmo os jogos de tabuleiros sempre foram considerados algo infantil, e essa visão migrou para os jogos digitais”. Porém, o docente da Unisinos vem percebendo uma diminuição desse preconceito: “Esse quadro vem mudando. Noto isso quando converso com os pais de jovens interessados em entrar no curso. Eles já enxergam que trabalhar com jogos é uma profissão e dão mais apoio para os estudantes seguirem nessa área”. Alessandro Martinello considera que esse é um ponto de vista conservador e que não mais condiz com a realidade do mercado: “A média mundial de idade dos jogadores está situada entre 35 e 40 anos, o que se contrapõe completamente a essa visão de ser uma atividade infantil. Aliás, hoje em dia, o maior público de jogos são mulheres dessa mesma faixa etária que jogam através do Facebook”. Para o diretor criativo da Swordtales, é papel da associação e dos próprios desenvolvedores combater esse preconceito. “É uma questão de falta de visão, e cabe a nós tentar traduzir para eles o potencial que os jogos têm.”

João Pedro Teixeira, aluno do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



O jogo *Toren*, do estúdio Swordtales, começou como um trabalho de conclusão do curso em Desenvolvimento de Jogos Digitais da PUCRS



DESTAQUE



Entre os filmes programados está *Repare bem*, documentário dirigido por Maria de Medeiros

Cinema pela verdade

Sala Redenção
Ciclo discute
a ditadura
civil-militar
no Brasil

No momento em que o país assiste ao crescimento de movimentos conservadores, com grupos ocupando as ruas para pedir o impeachment da presidente e até a volta de uma intervenção militar, convém lembrar aos manifestantes o que foi o período de 21 anos vivido sob a ditadura civil-militar. Arbitrariedades de todo o tipo, prisões, perseguições políticas e muita corrupção eram a tônica de tempos sombrios, nos quais a ocupação de praças e avenidas só era tolerada para a realização de atos ecumênicos ou shows.

“Já nas primeiras manifestações da direita, em março, o nosso grupo de pesquisa lançou uma nota chamando a atenção para o fato de que aqueles movimentos estavam rejeitando o que foi conquistado com a redemocratização e negando o direito que todos nós temos à memória e à verdade. E não que a verdade seja única”, conta

Emanuel Frias Sampaio, aluno do quarto semestre do curso de Direito e integrante do grupo de pesquisa *Constitucionalismo e Justiça de Transição na América Latina*. Ao lado da colega do nono semestre Daniela Cenci Lima, ele afirma perceber entre a população uma grande falta de conhecimento sobre o que foi a ditadura. “Quem pede uma intervenção militar desconhece o que ocorreu naquele período e também o real significado do que está pedindo”, acrescenta Daniela.

Busca de diálogo – Na opinião dos estudantes, mesmo dentro da Universidade, os grupos que lutam pela verdade e pela memória formam uma espécie de contracultura, por isso a importância de eventos como o ciclo de filmes *Marcas da Memória*, que a Sala Redenção exibe a partir do dia 18 deste mês. “Na própria faculdade encontramos muita limitação e certa má vontade quando buscamos mecanismos para dialogar sobre esse tema”, relata Daniela.

A mostra cinematográfica, que teve uma primeira edição em setembro de 2014 na Sala Norberto Lubisco da Casa de Cultura Mário Quintana, busca ampliar o diálogo para além do

grupo de pesquisa, já que, por se tratar de um tema sombrio, muitos fogem do assunto, alegando que não há motivos para reviver o passado. “Nosso foco inicial foi dirigido aos alunos do curso de Direito, mas resolvemos ampliar para qualquer pessoa que tivesse interesse em saber mais sobre esse período da história brasileira. No ano passado, exibimos seis produções, alcançando ótimos resultados. Ao final de cada sessão, o público queria debater sobre o filme a que havia assistido”, recorda Daniela.

“Neste ano, procuramos a Tânia Cardoso, coordenadora da Sala Redenção da UFRGS, pois esse é um espaço inserido no Câmpus Centro e de fácil acesso a todos. Também conseguimos organizar um ciclo com 12 filmes, graças a um contato direto com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que nos forneceu as cópias”, diz a estudante. No momento desta entrevista, o grupo estava agilizando a realização de pelo menos dois debates com convidados, que serão divulgados por meio da página do grupo de pesquisa no Facebook.

As sessões têm entrada franca, e a lista dos filmes e das datas de exibição pode ser conferida na coluna ao lado.

CINEMA

Tati por Inteiro

Ciclo da Sala Redenção em parceria com a Embaixada da França, a Aliança Francesa e o SESC/RS. A mostra conta com o apoio do Institut Français. Entrada franca.

AS FÉRIAS DO SENHOR HULOT
(*Les vacances de Mounsier Hulot*, França, 1953, 74 min)
Sessões: 1.º de junho, 16h; 8 de junho, 16h; 15 de junho, 19h

MEU TIO
(*Mon oncle*, França, 1956, 116 min)
Sessões: 1.º de junho, 19h; 2 de junho, 16h; 15 de junho, 19h

AS AVENTURAS DO SENHOR HULOT NO TRÂNSITO LOUCO
(*Trafic*, França, 1971, 93 min)
Sessões: 2 de junho, 19h; 3 de junho, 16h; 5 de junho, 19h; 16 de junho, 16h

TEMPO DE DIVERSÃO
(*Playtime*, França, 1967, 114 min)
Sessões: 4 de junho, 19h; 5 de junho, 16h; 15 de junho, 16h

CURTAS JACQUES TATI
Sessões: 4 de junho, 16h; 8 de junho, 19h; 9 de junho, 16h

CUIDA DA TUA ESQUERDA
(*Soigne ton gauche*, França, 1936, 12 min), de René Clément

+ ESCOLA DE CARTEIROS
(*L'école des facteurs*, França, 1947, 15 min), de Jacques Tati

+ CURSO NOTURNO
(*Cours du soir*, França, 1967, 30 min), de Nicolas Ribowski

PARADA
(*Parade*, França, 1974, 89 min)
Sessões: 9 de junho, 19h; 10 junho, 16h; 11 de junho, 16h; 17 de junho, 16h

TATI: SEGUINDO OS PASSOS DO SR. HULOT
(*Tati sur les pas de Mounsier Hulot*, França, 1986, 52 min), Sophie Tatischeff
Sessões: 11 de junho, 19h; 12 de junho, 16h; 16 de junho, 19h

Sessão Especial
NósOutros Gaúchos

A Sala Redenção programou a exibição de um filme afinado com o tema do ciclo de palestras. Entrada franca.



SOBRE SETE ONDAS VERDEJANTES
(Brasil, 2013, 74 min), de Bruno Polidoro e Cacá Nazário
Após a exibição, Deborah Finocchiaro comentará o filme com o público
Sessão: 3 de junho, 19h

Sessão Comentada

A Sala Redenção exibe filme seguido de debate com convidados. Entrada franca.

THIN ICE – A HISTÓRIA POR DENTRO DA CIÊNCIA DO CLIMA
(*Thin ice – The inside story of climate science*, Nova Zelândia, 2013, 2013, 73 min), de Simon Lamb e David Sington
Após a exibição, os professores do Instituto de Geociências da UFRGS Jefferson Cardia Simões e Francisco Eliseu Aquino comentarão o filme com público.
Sessão: 17 de junho, 19h

Marcas da Memória

Ciclo da Sala Redenção organizado pelo grupo de pesquisa *Constitucionalismo e Justiça de Transição na América Latina*, da Faculdade de Direito. Entrada franca.

O FIM DO ESQUECIMENTO
(Brasil, 2012, 54 min), de Renato Tapajós
Sessões: 18 de junho, 16h; 24 de junho, 19h

500 – OS BEBÊS ROUBADOS PELA DITADURA ARGENTINA
(Brasil, 2015, 100 min), de Alexandre Valenti
Sessões: 18 de junho, 19h; 19 de junho, 16h

DAMAS DA LIBERDADE
(Brasil, 2012, 28 min)

+ VOU CONTAR PARA OS MEUS FILHOS
(Brasil, 2011, 24 min), de Tuca Siqueira
Sessões: 19 de junho, 19h; 22 de junho, 16h

REPARE BEM
(Brasil, 2012, 105 min), de Maria de Medeiros
Sessões: 22 de junho, 19h; 23 de junho, 16h

OS ADVOGADOS CONTRA A DITADURA: POR UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA
(Brasil, 2013, 130 min), de Silvío Tendler
Sessões: 23 de junho, 19h; 24 de junho, 16h

A MESA VERMELHA
(Brasil, 2012, 78 min), de Tuca Siqueira
Sessões: 25 de junho, 19h; 26 de junho, 16h

MILITARES DA DEMOCRACIA: OS MILITARES QUE DISSERAM NÃO
(Brasil, 2013, 100 min), de Silvío Tendler
Sessões: 26 de junho, 19h; 29 de junho, 19h

EU ME LEMBRO
(Brasil, 2012, 96 min), de Luiz Fernando Lobo
Sessão: 29 de junho, 16h

SE UM DE NÓS SE CALA
(Brasil, 2013, 68 min), de Célia Maria Alves e Vera Côrtes
Sessão: 30 de junho, 16h

EM NOME DA SEGURANÇA NACIONAL
(Brasil, 2012, 45 min), de Fernando Tapajós

+ ANISTIA 30 ANOS
(Brasil, 2009, 17 min), de Luiz Fernando Lobo
Sessões: 25 de junho, 16h; 30 de junho, 19h

ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Senhor dos Passos, 248 - térreo
Fone: 3308-4318

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**
Senhor dos Passos, 248 - 2.º andar
Fone: 3308-4302

► **Sala Alziro Azevedo**
Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Paulo Gama, 110 - térreo
Fone: 3308-3933

► **Saguão da Reitoria**
Paulo Gama, 110 - térreo
Fone: 3308-3933

TEATRO

TPE 2015

Mostra universitária que divulga a produção dos alunos de Teatro da UFRGS. Entrada franca.

A CADEIA ALIMENTAR
Escrita por Nicky Silver, a peça traz uma visão sarcástica das relações humanas. O espetáculo é dirigido pelo estudante Matheus Melchionna e foi criado para a disciplina Estágio de Direção I, sob a orientação de Patrícia Fagundes.
Sessões: 3, 10, 17 e 24 de junho
Local e horário: Sala Alziro Azevedo, 12h30 e 19h30

EXPOSIÇÃO

Projétil

Módulo II da mostra que exibe trabalhos dos artistas formados em Artes Visuais. Curadoria: Marilice Corona.
Artistas: Amanda Teixeira, Alexandra Pernau, Bruna Dias, Camila Zarembski, Everton Netto, Karin Meneguetti, Licia Heydrich, Luana Gabriela Mitto (Gwoene), Mariana Riera, Nara Albergo, Samy Sfoggia e Vitor Matesco.
Visitação: 2 a 26 de junho
Local e horário: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, de segunda a sexta, das 10 às 18h
Entrada franca

Coleções de Saberes: trajetórias de conhecimentos na UFRGS

Instrumentos, obras de arte, artefatos arqueológicos, fósseis, publicações, rochas e minerais, acervos de ensino e muitos outros elementos mostram uma visão multidisciplinar da história da Universidade e do conhecimento.
Visitação: até 27 de julho
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta, das 9h às 18h
Entrada franca

MÚSICA

Unimúsica 2015
Série Irreverentes

ENTREVISTA ABERTA
Bate-papo com o músico, compositor e professor Arrigo Barnabé.
Data: 10 de junho
Local e horário: Sala II do Salão de Atos, 20h
Entrada franca

CLARAS E CROCÓDILOS
Espetáculo que recria o show de 1980, com novos arranjos e uma nova banda composta por Paulo Braga (teclado), Mário Manga (guitarra), Ana Karina Sebastião (baixo), Mariá Portugal (bateria e voz), Maria Beraldo (clarinete e voz) e Joana

Queiroz (sax tenor e voz).
Data: 11 de junho
Local e horário: Salão de Atos, 20h
Entrada franca, mediante a retirada de senhas por meio da troca de 1 kg de alimento por ingresso a partir de 8 de junho, às 9h, pelo site www.difusaocultural.ufrgs.br ou das 9h às 18h no mezanino do Salão de Atos.

Vale Doze e Trinta

Projeto que abre espaço para que grupos musicais divulguem seu trabalho por meio de apresentações mensais com en-

trada franca. Inscrições e informações no site difusaocultural.ufrgs.br.

TRÊS MARIAS
Grupo formado por Andressa Ferreira, Kika Brandão, Gutcha Ramil e Pâmela Amaro apresenta um repertório de ritmos e expressões culturais musicais de diferentes regiões brasileiras.
Data: 9 de junho
Local e horário: Palco Grego do Câmpus do Vale, 12h30
Entrada franca

Meu Lugar na UFRGS

Nos bastidores da galeria

Subindo a escadaria até o segundo andar do prédio do Instituto de Artes, chega-se à galeria da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo. Reinaugurado em 1992, após um período de restauro, o espaço renovado foi logo assumido pela técnica-administrativa Patrícia Bohrer, que retornava após dois anos de afastamento vividos na Inglaterra: “Foi um regresso às origens, um voltar pra casa”. Nos anos 80, ela cursara Artes Visuais no Instituto, aspecto determinante para sua identificação com o novo lugar. “Vivo dentro do campo que escolhi e estou sempre me atualizando com arte contemporânea”, afirma.

Mas Patrícia confessa que no início sentiu-se decepcionada por não poder reassumir seu cargo na Central de Produções da Faculdade de Educação, onde atuou por três anos, trabalhando com vídeo e produção de imagens. Ao ser premiada com uma viagem para o exterior em um salão de artes do qual participara, a jovem recém-formada optou por tirar dois anos de licença especial. Ao regressar à UFRGS, nenhuma das alternativas apresentadas pelo setor de Recursos Humanos seduziu-a, até que um professor do Instituto de Artes lhe fez um convite: “Vem pra cá”. Patrícia aceitou e está há 20 anos na galeria da Pinacoteca.

Depois de tanto tempo, acha difícil contabilizar quantas exposições ajudou a montar. Nessa extensa trajetória, houve mostras que a marcaram. Uma delas foi a *Modos de ser e estar no mundo*, para a qual artistas produziram obras pensando nas diferentes deficiências. Porém, existe uma lembrança mais antiga que a impressionou profundamente: a mostra do artista catarinense Luiz Henrique Schwanke. Ela recorda o impacto

que lhe causou uma escultura cujos elementos principais eram baldes de limpeza.

Na avaliação de Patrícia, a galeria do IA equivale a um laboratório para os estudantes. “Alguns já têm uma trajetória, mas para a maioria é a primeira vez que vão colocar seu projeto em contato com o público.” Nesse sentido, ela considera compensador acompanhar essa etapa da vida dos alunos, dando todo o suporte que está ao alcance da instituição e dela própria. Esse apoio assume a dimensão de suporte emocional em ocasiões como as estreias, uma vez que ali são exibidos os trabalhos de conclusão dos cursos de graduação, mestrado e doutorado.

“São momentos de muita tensão, de mostrar o resultado de anos de estudo. É quando vemos ao mesmo tempo a obra e o artista.” Para ilustrar, relata a apresentação do projeto fotográfico de Mári Schirmer, uma aluna evangélica. Patrícia percebeu que a garota sentia-se rejeitada: “O trabalho dela era muito bom: fotografava os pés de pessoas sentadas, rezando”, descreve, acrescentando, “quando colocamos a luz em cima, ela viu suas fotos de forma diferente. Foi um momento muito importante para ela”.

Importante para a estudante e também para Patrícia porque, segundo a técnica, sua maior felicidade é fazer parte dos bastidores de ocasiões tão especiais: “Minha felicidade é ver a felicidade dos outros”.

Jacira Cabral da Silveira

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Uma atriz professora



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

Celina Alcântara Sons da infância despertaram o interesse pelo trabalho com a voz

Jacira Cabral da Silveira

Alta, esguia, olhar direto. O gestual abundante dá a impressão de que braços e mãos têm a mesma responsabilidade que a voz para contar histórias, a sua história. Celina Alcântara é a única professora negra do Departamento de Arte Dramática (DAD) do Instituto de Artes da UFRGS, onde ingressou em 2010, já tendo atuado como docente substituta nos anos 2001 e 2002. Recentemente, descobriu que também foi a primeira mulher negra a ingressar no DAD em 1992, quando foi aprovada no vestibular para Teatro. Hoje, há várias atrizes negras na Universidade e Celina fica feliz em saber a diferença que faz para essas estudantes terem uma professora negra como referência.

No período de 2002 a 2010, colaborou na criação do curso de Teatro da UFRGS, em Montenegro. Sua prática em sala de aula, porém, teve início durante a graduação, ao participar de uma atividade de extensão com internos do Hospital Psiquiátrico São Pedro. “Não consigo nem te explicar como foi essa experiência”, comenta em função do tanto de improviso de que lançou mão para trabalhar com os pacientes. Depois vieram projetos sociais, como o que realizou com crianças na Lomba do Pinheiro, na Zona Leste da capital.

Segunda opção – A decisão pelo curso de Teatro não veio da sua primeira opção no vestibular, pois já havia tentado seguir os passos do irmão mais velho, que cursara Psicologia. “Não passei, obviamente”, ri. A notícia da aprovação no curso de Teatro pegou seus pais de surpresa, não só porque desconheciam o fato de ela ter se inscrito, como também porque não entendiam muito bem

o que significava fazer teatro na universidade. Aos poucos, compreenderam. Ou nem tanto: hoje, quando lhes perguntam o que a filha faz, dizem: “Ela é professora”.

Da pesquisa à ação – Após concluir a graduação, Celina seguiu em contato com alguns colegas com os quais compartilhava os mesmos interesses de pesquisa. Um dos objetivos do grupo era aprofundar os conhecimentos sobre o trabalho teatral aprendidos com o grupo Lume: coletivo de atores referência internacional para artistas e pesquisadores no redimensionamento técnico e ético do ofício de ator. A oportunidade de tornar esse sonho realidade veio em 1992, quando a secretaria de Cultura de Porto Alegre, inspirada na proposta do Lume, criou a Usina do Trabalho do Ator (UTA).

“A minha construção de atriz ao longo desse tempo está muito relacionada à Usina do Trabalho do Ator”, destaca. De acordo com Celina, dos 20 espetáculos nos quais atuou, “pelo menos 12 foram montados na UTA”, sendo que dois deles repercutiram especialmente em sua carreira: pela peça infantil *Lelé da cuca*, ela recebeu o Prêmio Tibicuera de melhor atriz coadjuvante, em 1991; e, pelo espetáculo *Nos meses da corticeira florir*, conquistou o prêmio de melhor atriz em 2001.

A convite de amigos, participou dos curtas *O caso do linguiceiro*, de Flávia Seligman; *Terra prometida*, de Guilherme Castro; e da minissérie *A ferro e a fogo*, de Gilberto Perin.

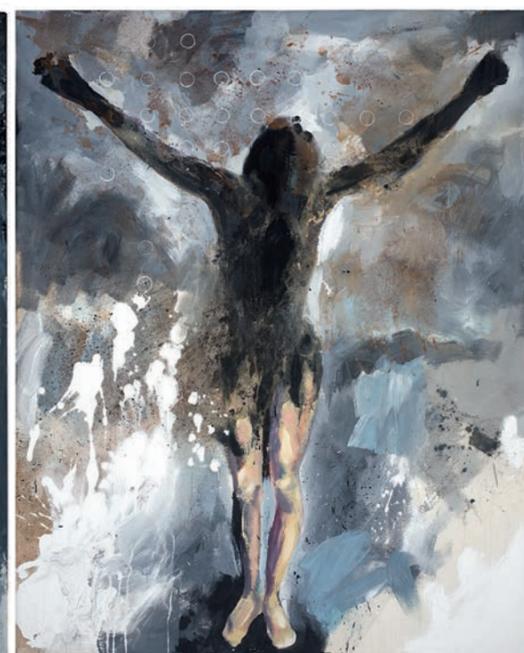
Embora diga não ter predileções nesse sentido, Celina orgulha-se da performance feita na abertura do I Fórum Social Mundial, em 2001, interpretando o texto *Um convite ao voo*, de Eduardo Galeano, escrito especialmente para a ocasião: “Sermos compatriotas e contemporâneos de todos os que tenham aspiração de justiça e aspiração de beleza, tenham nascido onde tenham nascido e tenham vivido quando tenham vivido, sem que importem nem um pouco as fronteiras do mapa e do tempo; a perfeição continuará sendo um aborrecido privilégio dos deuses; mas neste mundo confuso e fastidioso, cada noite será vivida

como se fosse a última e cada dia como se fosse o primeiro”.

Porto-alegrense da Zona Sul da capital, Celina cresceu próximo ao Guaíba na companhia dos pais, Eni e Davi, e de seis irmãos. O amplo pátio da casa da família, onde era preciso falar alto para quem estivesse à distância, e a responsabilidade de cuidar dos irmãos menores enquanto a mãe trabalhava, fizeram com que a garota desde cedo empoderasse sua voz para atingir objetivos variados. Havia ainda as cantorias de dona Eni, que entoava hinos da igreja enquanto cumpria suas tarefas diárias. Esses sons da vida familiar desenvolveram na futura atriz o hábito de “ouvir as coisas, prestar atenção nos diferentes ruídos, na sonoridade da voz das pessoas”.

Literatura e teatro – Mas foram as aulas de Literatura no ensino médio que provocaram suas primeiras incursões no uso expressivo da voz, quando cada grupo de alunos deveria apresentar à turma o texto que havia preparado. “Sento-me aqui nessa sala vazia e relembro. Uma lua quente de verão entra pela varanda, ilumina uma jarra de flores sobre a mesa. Olho essa jarra, essas flores, e escuto um indício de rumor de vida, um sinal obscuro de memórias de origem...”, recita o trecho de *Aparição*, do escritor português Vergílio Ferreira, ainda guardado na memória.

Essa capacidade de memorização antecede as encenações na escola. Quando menina, decorava textos das enciclopédias que seu pai comprava de vendedores de porta em porta. Tanto ele quanto a esposa tinham pouco estudo, mas seu Davi gostava de ter aqueles livros em casa, ao alcance dos filhos. A exemplo do pai, Celina acompanha seu filho Augusto de dez anos nas tarefas escolares: “Adoro ser mãe”, revela, por isso faz questão de almoçar todos os dias em casa. Quando bebê, ele viajava com os pais nas turnês por diferentes cidades, enquanto sua mãe e Gilberto Icle, colega de Universidade e de grupo de teatro com quem Celina foi casada durante onze anos, encenavam em palcos e passeios públicos. “Ele agora só vai ao teatro a convite dos amigos”, sorri.



O tema central de *Corpo Santo* está voltado tanto às representações da sacralidade em diferentes religiões e cultos ao longo da história, do Cristianismo à Umbanda, quanto à própria história da arte. Essas imagens-signos são justapostas e sobrepostas em um mesmo suporte, resultando em outra imagem. Ainda assim, os trabalhos não são abordados em uma simples relação iconográfica, mas devem ser considerados em sua dimensão objetual: as imagens-objetos são um duplo, signo e materialidade, corpo e alma, pensamento e ação. Nesse caminho, pretendem ser um convite à reflexão sobre as construções imagéticas daquilo que não conseguimos ver, daquilo que só é possível apreender por meio de uma representação. Códigos, signos, ícones, símbolos e rituais em busca de respostas que somente a fé que se faz imagem pode professar. Segue sendo, porém, algo material, em que tecido, picho, ouro possuem uma carga simbólica tão ou mais potente que os próprios signos expressos. Imagens sagradas que se tornam profanas em um instante.

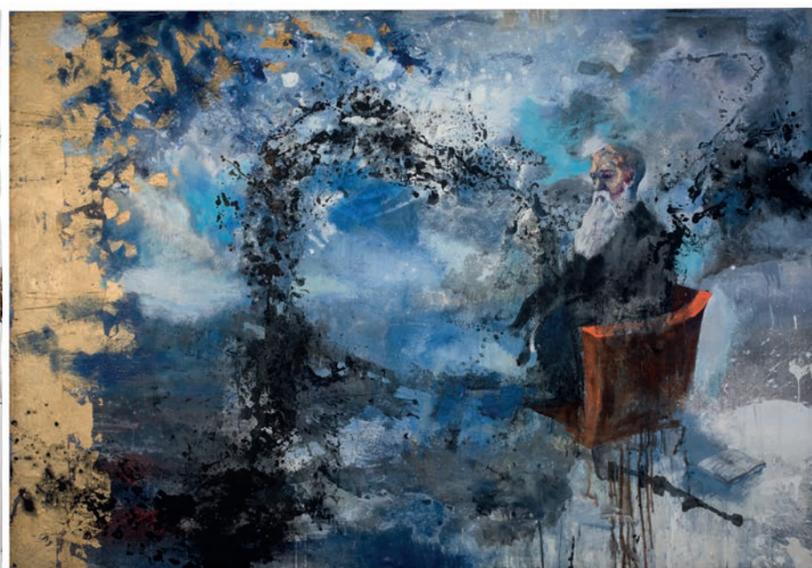
As imagens desta página fizeram parte da exposição *Corpo Santo*, com a curadoria de Raphael Fonseca, organizada pelo Programa RS Contemporâneo do Santander Cultural, que visa à promoção de jovens artistas gaúchos.

Corpo Santo

IMAGENS E TEXTO **FELIPE CALDAS**

FELIPE CALDAS

É DOUTORANDO EM ARTES VISUAIS, COM ÊNFASE EM HISTÓRIA, TEORIA E CRÍTICA DE ARTE, PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS





Cartaz afixado no Centro de Acolhimento ao Imigrante em Caxias do Sul, referência para os haitianos que chegam ao sul do Brasil em busca de oportunidades de emprego

Pátria acolhedora?

Imigração

Acuados pela instabilidade em seus países de origem, imigrantes chegam ao Brasil em busca de uma vida melhor, mas têm futuro incerto

TEXTO SAMANTHA KLEIN FOTOS FLÁVIO DUTRA

UM MÊS. ESSE FOI O TEMPO da travessia do Oceano Atlântico, de Dacar até a chegada em Caxias do Sul. Desde o Senegal, Boury Niang passou por Quito, no Equador, Lima, no Peru, e Brasília, no Acre. Foi um percurso sofrido, mas a jovem de 24 anos não se arrepende da viagem. “Faria tudo novamente, mas quero conseguir dinheiro para ficar e também ir visitar minha família. Vim para ajudá-los”, diz com o auxílio do namorado, que traduz o wolof, língua por ela falada. Há seis meses no Brasil, Boury ainda está desempregada.

Questionada se foi explorada financeiramente durante a viagem, se limita a dizer que “sim”. O visto é concedido com facilidade no Equador, por isso essa se tornou a rota de chegada dos imigrantes africanos. Assim como tantos outros estrangeiros, Boury faz parte da onda migratória voluntária impulsionada pelo subemprego na terra natal.

A imagem do Brasil no exterior é a de uma pátria sem conflitos étnicos, com um povo simpático, alegre e acolhedor. Mas esse quadro nem sempre corresponde à realidade. O país precisa avançar em medidas para receber os imigrantes que chegam com visto de turistas, mas que turismo pouco farão. São pessoas como Boury que buscam trabalho e precisam passar pela Polícia Federal, dependendo da concessão do governo para regularizar sua situação em território nacional.

Nesta reportagem, ouvimos especialistas e estrangeiros para tentar entender esse fenômeno relativamente novo, que já trouxe para terras brasileiras milhares de pessoas de diferentes nacionalidades. Além dos africanos, os haitianos também vieram com força, por meio da obtenção de vistos humanitários. Entretanto, terminado o período de cinco anos autorizado pelo documento, ainda é incerto o destino desses imigrantes que fogem das consequências de um terremoto, da instabilidade política provocada pela deposição de um presidente ou ingressam no país com um simples visto de turista.

Geração de emigrantes



Boury Niang ainda fala poucas palavras em português. Com o ouvido afiado, entende parte de uma conversa com brasileiros, mas o auxílio de um tradutor é fundamental. Ao lado do companheiro Chier Dieyer, também senegalês, pretende construir uma vida nova em Caxias do Sul. Quando vivia no Senegal, ela atuava como vendedora ambulante de produtos que comprava na Turquia e em Dubai. Comercializava roupas, sapatos ou frutas. Com dificuldade, juntou dinheiro para fazer a viagem com a ajuda de “agentes”. Como não sabe ler, ingressou na etapa de alfabetização em uma escola no município serrano.

Já o namorado Chier, desempregado havia duas semanas quando foi entrevistado em meados de maio, parece não perder a simpatia nunca. Com um sorriso largo, diz que gosta do Brasil. Trabalhou por mais de um ano em uma indústria metalúrgica da cidade que recentemente cortou 40% dos postos de emprego. Atrás de nova oportunidade, conta com o seguro desemprego enquanto não consegue nova vaga. “Se conseguir um emprego logo, vou permanecer aqui. Mas se não conseguir, vamos ter de ir para outra cidade”, admite.

Chier faz parte de uma geração de emigrantes. Segundo relata, todas as famílias de senegaleses têm integrantes vivendo no exterior. Antes de desembarcar no Brasil, morou por sete anos na Espanha. Porém, com o índice de desemprego de 23% no país de Cervantes, conforme dados da Eurostat da Comissão Europeia, ele percebeu que havia chegado o momento de migrar novamente. “Em Caxias, há muitos senegaleses e haitianos. Por isso, todo mundo que vem do Senegal tem de passar por aqui para tentar conseguir emprego. Do Brasil eu sabia apenas do calor, do Carnaval e do futebol. Não sabia nada sobre emprego. Nunca tinha sonhado em vir para cá. Aliás, nem sei exatamente por que estou aqui. Mas o dia seguinte nunca se sabe.”

A vinda de imigrantes como Chier e Boury não é obra do acaso. Assim como eles, mais de 40

mil chegaram ao país desde 2011, de acordo com dados da Polícia Federal. Existe, entretanto, a possibilidade de que esse número seja bem maior. A ação dos traficantes de pessoas, conhecidos como “coiotes”, e os 17 mil km de fronteiras entre o Brasil e outros dez países do continente sul-americano facilitam o ingresso de estrangeiros sem registro.

Presença internacional – A presença do Brasil no exterior foi consolidada com a missão da ONU no Haiti, em que tropas brasileiras foram colocadas à frente das tropas de ajuda humanitária. Com o terremoto que devastou a nação mais pobre da América Latina em 2010, o país tropical despontou como uma boa opção. Para o professor de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Maurício Santoro, a missão brasileira se tornou mais que um paliativo para a situação politicamente conturbada no Haiti, especialmente após a deposição do presidente Jean Bertrand Aristide. Assim, as tropas internacionais já estão há onze anos atuando na nação da América Central.

“A missão deveria ser relativamente breve, mas houve o terremoto e foi necessário permanecer. Contudo, existe uma pressão da ONU para que o Brasil deixe aquele país, pois a manutenção dos soldados é muita cara. Por outro lado, sabemos que a saída das tropas propiciou a retomada do caos em nações como o Timor Leste, onde também houve intervenção. O Haiti ainda está em uma situação precária, porque houve falha da cooperação internacional em ajudar a reconstrução do país e também em auxiliar à reconstituição das instituições democráticas no país caribenho”, sustenta Santoro.

O mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) é renovado anualmente por decisão do Conselho de Segurança da ONU. Portanto, o exército brasileiro considera que ainda é cedo para saber quando o efetivo formado por 1,2 mil homens irá retornar

definitivamente para casa. Existe apenas a certeza de que, nos próximos meses, o contingente será reduzido para 972 militares. Os custos para a manutenção no Haiti são de US\$ 500 mil por mês, bancados pelo Ministério da Defesa, com parte desse montante reembolsada pela ONU.

O ano passado também projetou o Brasil para o mundo por causa da Copa. Africanos do Senegal e de Gana, por exemplo, obtiveram visto de turista e não retornaram. “Em julho, recebemos 120 ganeses em três dias. A prefeitura dizia que não tinha espaço para recebê-los e que não podia fazer nada. Foi então que o grupo ficou alojado no seminário”, critica a irmã Maria do Carmo Gonçalves, coordenadora do Centro de Atendimento ao Imigrante de Caxias do Sul.

A Polícia Federal estima que, desde 2011, mais de 40 mil imigrantes tenham chegado ao Brasil

Na cidade serrana, mais de 2.700 estrangeiros procuraram o Centro desde 2011. Ao chegar ao município, protocolaram o pedido de refúgio, o que lhes garante a permanência legal no país até que a solicitação seja analisada pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare), vinculado ao Ministério da Justiça.

Direitos adquiridos – Coordenador de um grupo que está fazendo um perfil dos imigrantes haitianos no Brasil, o professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) Duval Fernandes ressalta que os estrangeiros que ingressam legalmente no país obtêm direitos e proteção do Estado. “É claro que falta muito em termos de atendimento, mas na comparação com a Europa e os EUA estamos muito à frente em receptividade. Aqui existe um caminho aberto para os imigrantes. Todos os que pedem refúgio recebem carteira de trabalho e CPF. Quem mais faz isso?”, destaca o pesquisador.

No caso dos haitianos, o diferencial é a solicitação de visto diretamente no consulado de Porto Príncipe. Apesar da facilidade, há poucos funcionários na embaixada. As permissões para ingressar legalmente no Brasil, portanto, podem levar mais de seis meses para serem concedidas. Uma portaria do Ministério do Trabalho dava prioridade para a confecção da carteira de trabalho para haitianos e ganeses, mas essa política foi abolida e todos os imigrantes ingressam na mesma fila.

Já a advogada e mestrandia em Direito Internacional da UFRGS Laura Sartoretto critica a recepção aos estrangeiros. Para a pesquisadora, falta uma agência específica, com profissionais capacitados para avaliar a situação dos imigrantes quando optam por vir ao Brasil, e a rejeição do Comitê Nacional para Refugiados é arbitrária. “Quando um estrangeiro chega ao Brasil, tem de se dirigir à Polícia Federal. Com esse protocolo de refugiado, o imigrante já tem direito a trabalho, estudo e serviços como saúde. Enquanto isso, espera que o Conare analise a solicitação de permanência. Mas, se o Comitê rejeitar o pedido, o prazo para que ele recorra é de apenas 15 dias. Se o imigrante não fala português, como vai protestar contra tal decisão?”, questiona.

Questão de lei – O Estatuto do Estrangeiro foi concebido na época dos generais no governo.



O casal senegalês Boury e Chier planeja construir uma vida nova em Caxias do Sul. Para auxiliar pessoas como eles, Maria do Carmo Gonçalves, integrante da Congregação das Irmãs Scalabrinianas, atua no Centro de Atendimento ao Imigrante. No local, que oferece orientação sobre regularização de papéis, direitos e busca por moradia, os estrangeiros também encontram o Guia do Imigrante, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Segurança da Câmara de Vereadores de Caxias

O problema do diploma

A polêmica sobre a revalidação do diploma dos estrangeiros surgiu em 2013, com a chegada ao país dos primeiros médicos cubanos. Entretanto, outros estrangeiros enfrentam esse dilema. Morador de Caxias do Sul desde 2014, Thierno Sylla fala português, wolof, árabe, inglês e francês, além de ser formado em contabilidade. Mesmo já diplomado, retornou aos bancos da universidade. Está refazendo a graduação. “Cheguei aqui achando que poderia trabalhar na minha área. Acabei atuando por mais de um ano como auxiliar de carga e descarga. Não poderia ficar desempregado até obter uma colocação melhor”, lamenta o vice-presidente da Associação dos Senegaleses de Caxias do Sul. Quando saiu da empresa de transportes, conseguiu um emprego em que o conhecimento em línguas é valorizado. Trabalha no Centro de Atendimento ao Imigrante, orientando diariamente estrangeiros que não entendem a saudação ‘bom-dia’ em português. Também atua como contador em uma instituição que auxilia jovens carentes.

Thierno se acostumou a migrar. Já morou em Gana, África do Sul, Dubai e Mali antes de chegar ao Brasil. Ele diz que essas experiências vão durar até os 40 anos, conforme sua meta de vida. A esposa o espera no Senegal. Depois, pretende abrir um negócio e auxiliar os senegaleses que não tiveram oportunidade de sair da terra natal. “Apesar do salário baixo e do não reconhecimento do meu diploma, o Brasil é um lugar bom para viver. Não tenho problemas por ser muçulmano. Além disso, gosto do futebol”, explica.

Naquele período, o imigrante era visto como uma possível ameaça comunista. Não à toa, a Polícia Federal é o primeiro local onde o estrangeiro precisa passar.

Porém, uma série de normativas tem driblado essa recepção policial. O Ministério do Trabalho tem concedido vistos temporários de trabalho por dois anos, renováveis por mais dois. Por outro lado, uma regra especial concede visto humanitário de cinco anos aos refugiados haitianos. Conforme a Resolução Normativa n.º 97 do Conselho Nacional do Imigrante, 1.200 vistos podem ser concedidos anualmente, o que corresponde a uma média de cem por mês.

O Brasil foi obrigado a fazer concessões quando o problema chegou às fronteiras do país. Com o terremoto que arrasou o Haiti em 2010, centenas de pessoas fugiram da nação caribenha e atravessaram a Floresta Amazônica com o auxílio de coitotes. No Acre, Brasília foi uma das cidades que recebeu o maior contingente de imigrantes. Desde então, mais de 30 mil vistos de moradia foram concedidos.

Pairam, entretanto, incertezas sobre o destino dos haitianos após cumprirem os cinco anos de permanência. A concessão de vistos humanitários foi pontual, a fim de resolver uma crise humanitária. A advogada Laura Sartoretto lembra que essa outorga de moradia não conta com a proteção do direito internacional. “O problema é que se trata de um amparo discricionário, ou seja, cada Estado pode ou não conceder. Essa proteção pode ser dada e retirada a qualquer tempo e é um projeto que não recebe apoio do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR). Assim, os haitianos se veem obrigados a solicitar refúgio para ter acesso a uma carteira de trabalho ou não poderiam exercer atividades remuneradas”, contesta.

Para tentar destravar o tema, o Ministério da Justiça criou uma comissão interdisciplinar de especialistas para discutir mudanças na legislação. O grupo propõe a instituição de uma autoridade

nacional migratória e a criação de um visto temporário para que o imigrante procure emprego, legalmente no Brasil. Não existe, todavia, previsão de quando esse projeto seguirá para análise do Congresso Nacional.

Atualização das leis – O professor Duval Fernandes defende a medida, mas diz que, no momento, o cenário ideal é o de manutenção da lei inalterada. “Nunca tivemos no Congresso uma bancada tão conservadora em diversos temas polêmicos. Em meio a discussões sobre terceirização do trabalho e maioridade penal, é preferível que a questão fique como está. A tendência não seria de melhora nas relações com os estrangeiros”, sustenta.

Já o cientista político Isaías Albertin Moraes defende uma atualização da legislação, a fim de atender à demanda crescente de imigrantes no país. “A política interna brasileira precisa estar em consonância com o discurso da política externa, que repreende as medidas antimigratórias dos países centrais. Desse modo, é necessário atualizar e garantir o direito de ir e vir do imigrante, realizando um acolhimento de forma eficiente para não gerar processos conflituosos nas regiões receptoras”, sustenta.

Moraes alerta para os problemas que a falta de ordenamento da imigração pode gerar: “Caso o Brasil permita que esse fluxo ocorra de forma livre, sem uma política de ordenamento, integração e participação do imigrante na comunidade local, os conflitos surgirão. Entre eles, podemos destacar tensões de sociabilidade, étnicas, linguísticas e político-socioeconômicas. A população local, ao identificar no imigrante uma ameaça à sua simbologia, às suas tradições e ao seu poder político-econômico, pode enveredar pelo caminho do xenofobismo, do etnicismo e do racismo”.

Humanização – O Brasil ainda não está preparado para receber os estrangeiros, sentencia o pesquisador da PUC Minas Duval Fernandes.

“Primeiro, é importante informar como é o salário aqui e como são as condições de moradia. Eles chegam achando que encontrariam condições de viver facilmente. Além dessas dificuldades, há o tráfico de pessoas. Enquanto os imigrantes poderiam gastar 3 mil reais em passagem aérea, perdem mais de 15 mil reais com coitotes. Por outro lado, os brasileiros precisam compreender que necessitamos do imigrante para suprir a mão de obra, em razão da redução das taxas de natalidade”, adverte.

Isaías Albertin destaca medidas como a reforma do Estatuto do Estrangeiro de 1980 e a necessidade da fundação de uma agência de imigração federal, que desburocratizaria todo o processo legal de entrada no país, renovando o acesso aos imigrantes. “A instalação de um órgão exclusivo para imigração pelo governo federal, retirando o encargo da Polícia Federal, permitiria a especialização dos profissionais na legislação específica ao tema e no conhecimento de idiomas. A fundação da agência possibilitaria, ademais, a liberação de efetivo da PF para o reforço de patrulhamento nas zonas limítrofes do país, principalmente na Região Norte”.

O pesquisador reforça que, nesses postos de recepção, os imigrantes seriam cadastrados e acolhidos de forma mais humana, facilitando a integração do estrangeiro com a população local. Nos postos, os estrangeiros teriam melhor orientação sobre seus direitos e deveres, como o acesso básico aos serviços públicos, bem como sobre as exigências para a obtenção de cidadania brasileira. Além disso, poderiam ser implementados cursos de idiomas, capacitação profissional e encaminhamento para empregos em regiões carentes de mão de obra.

Com esse vazio, os cidadãos chegam sem qualquer informação aos centros de migrantes dos municípios, acessando esses pontos de referência por indicação. No Centro de Atendimento do Imigrante de Caxias do Sul, vinculado à Congregação

das Irmãs Scalabrinianas, muitos aparecem sem ter passado pela Polícia Federal. “Como as fronteiras são imensas, os estrangeiros chegam sem passar pela alfândega. Então, orientamos sobre direitos, regularização, busca por moradia. Às vezes, resgatamos pessoas que estão até sem teto para passar a noite. Por outro lado, percebemos o total despreparo nos órgãos públicos. Se encaminhamos um doente ao posto de saúde, quando ele não fala bem o português, recebemos o estrangeiro de volta com bilhetes solicitando tradutores”, desabafa a irmã Maria do Carmo Gonçalves.

Crescimento – A imigração teve um aumento importante a partir de 2010 no Brasil. Mais de 40 mil haitianos solicitaram refúgio até abril deste ano, de acordo com um relatório da Polícia Federal. Se em 2011 foram 2.568 pessoas reivindicando asilo no país, em 2014, esse número saltou para quase 17 mil cidadãos do Haiti.

Conforme dados do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o ano de 2012 foi o que mais registrou pedidos de visto permanente entre os haitianos: 4.612 requisições. Já em 2014, foram 1,9 mil solicitações. São Paulo e Rio Grande do Sul estão entre os entes federativos que mais recebem os estrangeiros. A cidade de Brasília, no Acre, na fronteira com a Bolívia, é apenas o ponto de chegada. Em terras gaúchas, vivem pelo menos 3,5 mil haitianos, segundo a PF. Na capital, são 400 imigrantes.

Também é importante destacar que os ganeses passaram de somente seis pedidos de residência permanente em 2013 para 320 solicitações, no ano seguinte, consoante o Conselho Nacional de Imigração, comprovando a atração ao país no período da Copa. Logo após o Mundial, 1,3 mil ganeses também se registraram no Departamento de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal. Conforme a Superintendência da PF, 735 cidadãos de Gana se registraram no Rio Grande do Sul depois do campeonato.

No Centro de Atendimento ao Imigrante de Caxias do Sul, o mapa registra alguns dos países de origem dos estrangeiros que vêm tentar a sorte no sul do Brasil



Refugiados

O Brasil, pelo menos desde 1997, passou a ter de fato uma política de acolhimento aos refugiados. Apesar de o Estatuto do Estrangeiro remontar ao governo de Figueiredo e ser ainda atual, a Lei n.º 9.474 finalmente regulamentou os preceitos da Convenção de 1951, relativa ao Estatuto de Refugiados da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o país passou a cumprir acordos internacionais de acolhimento a cidadãos ameaçados em sua nação de origem.

O refugiado pode ser caracterizado como toda pessoa que se sinta perseguida em função de sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e se encontre fora de sua terra natal, à procura de asilo em outra região do mundo. Entre os benefícios a serem garantidos a essas pessoas, está o direito fundamental de não ser devolvido à nação em que sua vida e liberdade estejam ameaçadas. Tal regra

constitui um princípio geral do direito internacional de proteção dos refugiados e dos direitos humanos.

De acordo com o artigo 6.º da legislação brasileira sancionada em 1997, a pessoa que solicita refúgio tem direito à cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem.

Oportunidade – Conforme levantamento do perfil dos imigrantes, realizado pelo Conselho Nacional de Imigração (Cniq), os primeiros imigrantes haitianos formam um grupo majoritariamente masculino – cerca de 80% dos imigrantes – na faixa etária dos 30 anos. Pelo menos 30% declararam ter completado o ensino médio e mais de 10% dos que chegam ao país possuem ensino superior completo.

Por outro lado, o Brasil também é uma oportunidade para estudar. Nadege Jacques ainda não se acos-

tumou ao chimarrão oferecido nas rodas de bate-papo com estudantes ou na república em que vive em Porto Alegre, mas garante que a caipirinha caiu no seu gosto. “É uma delícia misturar limão, gelo, açúcar e cachaça. O pessoal desce de seus quartos para compartilhar a bebida”, se diverte. A enfermeira mora há um ano em Porto Alegre e faz mestrado em Saúde Coletiva na UFRGS.

Nadege integra um perfil distinto da maioria dos migrantes compatriotas. Saiu de Hinche, no centro do país, tendo emprego fixo na sua área de atuação. Com bolsa oferecida por meio de um acordo de cooperação entre Brasil-Haiti-Cuba, ela deve permanecer na Universidade até concluir os estudos. A enfermeira está investigando os problemas do serviço em saúde oferecido no seu país de origem. A haitiana revela que o país caribenhino não oferece serviços de saúde

gratuitos, como o SUS. “Lá o acesso é basicamente por meio de planos privados, e nem todos os hospitais e postos de saúde os aceitam. Algumas exceções existem para o caso dos partos, mas, em geral, os haitianos sofrem no âmbito do atendimento básico à saúde.”

A estudante sabe que tem um compromisso de retornar para casa. Pretende concluir o mestrado, voltar ao Haiti e tentar mais uma estadia de quatro anos no Brasil para fazer o doutorado. “Não preciso ficar aqui porque tenho emprego garantido na Secretaria da Saúde da cidade de Hinche. Mas quero continuar meus estudos.” Situação semelhante ao do aluno do curso de Administração da UFRGS Jean Mary Augustin.

Jean mora há cinco anos na capital e garante que sua vinda não tem relação com o terremoto que arrasou Porto Príncipe. Também tinha emprego e fazia faculdade de

Jornalismo em Carrefour, na região de Porto Príncipe, quando obteve uma bolsa de estudos. Decidiu aceitar a oferta, fez um ano de Economia na Universidade e resolveu trocar de curso de graduação. “O acolhimento na Economia não é muito bom. Como é uma ciência exata, as pessoas já estão em grupos de amigos desde o colégio. Na Administração, que é um curso que precisa de mais sociabilidade, tive mais facilidade para me relacionar com os colegas”, justifica.

O aluno também precisa retornar ao Haiti quando finalizar a graduação. Mas ele é mais um caso de estudante que sabe que tem potencialidade para continuar os estudos. “Sei desse meu compromisso de retornar. Mas isso não me impede de tentar o mestrado depois. Por outro lado, não precisa ser em Porto Alegre, porque aqui é muito frio e quero conhecer outras realidades. O país é muito grande”, diz.

Problema europeu

Em apenas um sábado de abril, mais de 800 pessoas morreram afogadas ao sul da Ilha de Lampedusa, na Itália, no Mar Mediterrâneo. A tragédia pode ter sido a maior da história em termos de perda de vidas na travessia de emigrantes em direção à Europa, segundo a ACNUR. Dias antes, outras 400 foram declaradas desaparecidas, ou seja, mortas por afogamento, na costa da Líbia. A causa foi a mesma, já que o país africano é um dos principais pontos de partida de embarcações com emigrantes em razão da proximidade com a Itália.

A tragédia humanitária somou, somente em abril de 2014, mais de 1,1 mil pessoas mortas no Mediterrâneo. Conforme a Anistia Internacional, durante todo o ano passado, quando a operação Mare Nostrum

estava em andamento, a taxa de morte entre aqueles que fazem a travessia foi de cerca de uma em 50. Nos primeiros três meses e meio de 2015, saltou para uma em 23. A ação capitaneada pela Guarda Costeira italiana tinha verbas de 9 milhões de euros, três aviões e seis helicópteros de monitoramento, além de embarcações de grande porte no Mar Mediterrâneo. No final do ano passado, o governo italiano pôs fim à iniciativa que resgatou cem mil pessoas.

Professor de Direito Internacional na UFRGS, Tupinambá Pinto de Azevedo destaca o dilema dos deslocados internos na África – os refugiados dentro do próprio país. O especialista ressalta que a Europa quer manter o problema fora de suas fronteiras. “A União Europeia deseja que os refugiados fiquem no continente africano e

não sigam em direção à Europa. A ideia é que sejam construídos campos para abrigar essas pessoas na Líbia ou na Tunísia, por exemplo. Porém, os países europeus estão em crise e sem dinheiro para auxiliar esses imigrantes e alegam não poder contribuir para o desenvolvimento das economias africanas e para a pacificação das guerrilhas”, explica.

O professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Maurício Santoro lembra que a crise econômica é o principal fator para a rejeição aos imigrantes. “Apesar da renda maior na Europa, o continente hoje é formado por países que estão em uma crise muito mais profunda do que a dos EUA e a do Brasil, por exemplo. Bem antes de a crise de 2008

estourar, as taxas de desemprego estavam acima dos 10%. Pesquisas de opinião têm revelado que mais de 55% da população é contra a migração. Já em nações como Itália e Grécia, a rejeição está acima dos 80%, porque esses países são a porta de entrada dos imigrantes”, conclui.

Nesse contexto, compreende-se porque o Brasil se tornou rota migratória após movimentos dirigidos pelo Estado no século XIX, com os alemães e italianos, além dos japoneses no início do século XX. “Até o período Vargas, havia uma migração para o trabalho. Depois, o controle migratório pelos militares. Agora, a questão é humanitária e voluntária por parte dos estrangeiros. O país tem de entender que é uma nação de migrantes”, finaliza o professor Tupinambá.